TEXTO PARA DISCUSSÃO

2414

PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS TIPOLOGIAS DA PNDR: NOTA METODOLÓGICA E MAPAS DE REFERÊNCIA

Fernando Cezar de Macedo
Leonardo Rodrigues Porto

ipea

2414
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Brasília, setembro de 2018

PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS TIPOLOGIAS DA PNDR: NOTA METODOLÓGICA E MAPAS DE REFERÊNCIA[1]

Fernando Cezar de Macedo[2]
Leonardo Rodrigues Porto[3]

1. Este estudo foi apresentado e debatido por especialistas convidados no Seminário Dinâmica Territorial Brasileira – novas realidades econômicas e demográficas, em 17 de agosto de 2017, no edifício-sede do Ipea, em Brasília, sob a coordenação de Aristides Monteiro Neto da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

2. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) e pesquisador visitante do Ipea. *E-mail*: <fcmacedo@unicamp.br>.
3. Mestre e doutorando em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Doutorando pesquisador do CEDE e pesquisador do Ipea. *E-mail*: <lnrdporto@gmail.com>.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro Esteves Pedro Colnago Junior

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
Fabiano Mezadre Pompermayer

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação, Substituto
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: R590.

SUMÁRIO

SINOPSE

1 APRESENTAÇÃO.....7

2 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS 7

3 A PNDR E SUAS PREMISSAS 10

4 ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS E METODOLOGIA 20

5 CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA TIPOLOGIA E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS 22

6 A RECLASSIFICAÇÃO DO MAPA REFERENCIAL DAS DESIGUALDADES REGIONAIS DA PNDR PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO 36

REFERÊNCIAS 40

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....42

ANEXO A 46

ANEXO B 51

ANEXO C.....54

SINOPSE

Este texto para discussão analisa a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que completou, em 2017, dez anos de sua institucionalização. O estudo discute esta política a partir de suas premissas básicas e de sua concepção teórica. Aponta ainda as dificuldades para sua implementação nos marcos da Federação brasileira e nos limites de atuação do Estado, especialmente pela ausência de um projeto nacional de desenvolvimento. Na segunda metade, faz-se uma atualização dos parâmetros da tipologia sub-regional da PNDR, baseada no levantamento de dados mais recentes disponíveis. Segue-se a metodologia adotada para a classificação das microrregiões (MRGs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentada na versão original da política, institucionalizada pelo Decreto nº 6.047/2007. Esta metodologia definiu as seguintes tipologias: *i*) MRG de alta renda; *ii*) MRG de baixa renda; *iii*) MRG dinâmica; e *iv*) MRG estagnada. O resultado indica uma grande alteração na classificação das MRGs. Conforme apresentado, 207 das 557 MRGs tiveram suas classificações alteradas com a atualização dos dados que parametrizam as tipologias da PNDR.

Palavras-chave: PNDR; política regional; desenvolvimento regional.

1 APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea, em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI), vem realizando importantes trabalhos nos últimos anos que contribuíram para o melhor conhecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sua avaliação continuada e seu monitoramento. Destacam-se, entre tantos outros projetos que poderiam ser mencionados, os seguintes: *Monitoramento e avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e aprimoramento do Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR)*, *Políticas Regionais na América Latina e no mundo* e *Avaliação da Política Regional Brasileira*.[1]

Esses trabalhos proporcionaram melhor avaliação da PNDR, ao formular estudos prospectivos e diagnósticos que podem orientar tanto sua execução quanto a aplicação de seus recursos, por meio de um conjunto de relatórios, artigos em revistas, capítulos de livro e livros que lhes foram resultados diretos. Estas contribuições fortalecem o debate público em torno do tema, mas, principalmente, auxiliam tomadas de decisão e aperfeiçoamento da política, dando claro indicativo de sua interação com a missão estratégica do Ipea. Da mesma forma, este texto para discussão busca contribuir para o fortalecimento e a avaliação continuada da PNDR, por meio de mapeamento das mudanças e permanências socioeconômicas e demográficas em regiões dinâmicas e estagnadas, das cidades médias e das regiões que sofreram impactos do movimento geral da economia brasileira no pós-2003. Nestes termos, este estudo encontra-se em sintonia com os objetivos estratégicos do Ipea e da Dirur e procura contribuir para o debate regional brasileiro e para a implementação de políticas que levem a superação das iniquidades regionais no Brasil.

2 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Com o intuito de atender aos objetivos traçados pela PNDR,[2] e de acordo com o proposto para os projetos de pesquisa do Ipea, números 49/2016 e 50/2016, este estudo faz uma atualização dos parâmetros da tipologia sub-regional da PNDR, baseada no

1. Todos esses trabalhos fazem parte do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Ipea/MI nº 31/2013.
2. A PNDR tem por objetivo "contribuir para a redução das desigualdades e com o desenvolvimento regional do país", de acordo com os objetivos traçados no plano plurianual (PPA).

levantamento de dados mais recentes disponíveis, de forma a auxiliar a política regional no atual quadro da dinâmica urbano-regional do país. O resultado apresentado indica uma grande alteração na classificação da microrregiões (MRGs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo as tipologias da PNDR. Conforme será apresentado na seção 5.1, 207 MRGs tiveram suas classificações alteradas com a atualização dos dados que parametrizam a tipologia da política definida em lei.

Treze anos após sua apresentação ao público e onze anos depois de sua institucionalização oficial por força de lei, a atualização das tipologias e dos mapas de referência da PNDR é importante porque ajuda na reflexão sobre a dinâmica regional brasileira pós-2003, período no qual diversos vetores, especialmente aqueles derivados das políticas implícitas de caráter social, atuaram sobre as regiões do país com resultados distintos, influenciando-lhes o desempenho socioeconômico. Da mesma forma, foi um período marcado pelo aprofundamento da inserção comercial brasileira no mercado externo por atividades intensivas em recursos naturais, constituindo aquilo que Osório (2012a; 2012b) chama de padrão de reprodução exportador de especialização produtiva ou especialização regressiva como indicam outros (Macedo, 2010a; 2010b; Macedo e Moraes, 2011).

Este texto tem por objetivos principais:

- contextualizar a PNDR e apontar sua relação com a dinâmica urbano-regional brasileira;
- apresentar (seções 3 e 4 e anexo A) a atualização dos parâmetros geradores da tipologia da PNDR para o período 2002-2014, conforme os seguintes subtipos definidos na versão original da política, institucionalizada pelo Decreto nº 6.047/2007: *i*) MRGs de alta renda; *ii*) MRGs de baixa renda; *iii*) MRGs dinâmicas; e *iv*) MRGs estagnadas;
- discutir os níveis e as taxas observados nas variáveis utilizadas, bem como os limites inferior e superior de inclusão de cada variável (seção 4);
- comparar os resultados obtidos, em cada caso, com os atuais parâmetros vigentes (seções 3 e 4);
- analisar as mudanças mais significativas ocorridas no período em análise; e
- analisar as disparidades intramicrorregionais que ficam encobertas pela agregação da tipologia da PNDR (seção 5) e comentar a Portaria nº 34, de 18 de janeiro de 2018, do MI que modifica o mapa de referência da PNDR (seção 6).

A nova tipologia proposta contempla os problemas associados aos níveis de renda e ao dinamismo econômico no nível das MRGs. Deste modo, dá-se continuidade às práticas inauguradas pela PNDR de *realçar aspectos tradicionalmente ignorados* da política regional brasileira, em função das distorções causadas pelas escalas geográficas – especialmente, com a predominância do uso das macrorregiões no desenho das políticas, como vigorou no passado.

Importante lembrar que o objetivo da PNDR não é o combate à pobreza, mas a coincidência espacial entre pobreza individual e pobreza territorial/regional. Em outro aspecto, importa ressaltar que *a questão regional brasileira* não deve ser confundida com a sua *diferenciação socioespacial*:

> a questão regional brasileira não se relaciona a priori com a diferenciação socioespacial interna, mas sim com a maneira pela qual as relações políticas e econômicas foram adquirindo contorno ao longo do tempo dado o próprio ambiente de diversidade (Brasil, 2010, p. 7).

Logo, seguindo a proposta feita pelas versões anteriores da própria PNDR, as análises e os parâmetros são construídos destacando-se as variáveis reconhecidas como determinantes das desigualdades regionais, relacionadas à estrutura de ocupação das regiões (densidade demográfica, urbanização etc.), base produtiva (produto interno bruto – PIB *per capita*) e relação das famílias com esta base produtiva (renda domiciliar *per capita*), assim como da dinâmica econômica (taxa de variação geométrica do PIB e crescimento da renda) (Brasil, 2010).

De acordo com os parâmetros utilizados na elaboração da PNDR e em sua avaliação ao longo dos anos, as variáveis utilizadas neste estudo (PIB *per capita*, renda domiciliar média, taxa de urbanização etc.) procuram exprimir padrões e dinâmicas recentes da distribuição da população no território,[3] características da população no que tange ao seu rendimento médio e o dinamismo econômico local/regional medido pela variação do produto.

A escolha das microrregiões do IBGE como escala espacial da análise apresenta uma menor variação entre os valores máximo e mínimo entre as variáveis analisadas e diminui os problemas da agregação macrorregional que esconde diferenças internas que são, comumente, muito grandes dentro das regiões brasileiras. Isto torna a análise

3. Importante destacar que no bojo deste projeto uma equipe está responsável pela análise da dinâmica demográfica regional no período abarcado.

mais viável, tanto pelo menor número de observações, em relação à escala municipal, como por permitir captar diferenciações que reflitam a diversidade e os desequilíbrios regionais, com maior precisão do que as escalas macrorregionais. Contudo, ainda que a escala microrregional tenha sido definida com o intuito de possibilitar melhor compreensão da dinâmica territorial e evitar distorções que surgem com a agregação macrorregional, as manchas de pobreza também podem ser "escondidas" por esta escala, afinal as cidades polo de cada microrregião tendem a ter papel socioeconômico maior, o que eleva seu peso na conformação dos indicadores, como se pode constatar nos trabalhos sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGICs), organizados pelo IBGE. Por esta razão, a abordagem multiescalar proposta pela PNDR é a mais adequada e deve incorporar, inclusive, a rede urbana como uma escala relevante de análise e proposta de política. Isto não torna, contudo, as demais escalas (macro e mesorregional etc.) menos relevantes, inclusive porque no país se mantém uma nítida diferenciação Norte e Sul.

Dado o problema da concentração intramicrorregional, foi realizado um exercício para classificar os municípios segundo a tipologia da PNDR. Os resultados apontam que 2.570 municípios, ou 46,2% do total, receberiam outra classificação se estivessem em uma microrregião na qual todos os demais municípios apresentassem o mesmo desempenho econômico e populacional deles. Ou seja, eles se encontram em uma MRG que apresenta, na média, características distintas das suas.

A tipologia aqui apresentada incorpora as estimativas dos PIBs municipais, fornecidas pelo IBGE, com base na metodologia de 2010, e procura reproduzir, na medida do possível, os procedimentos metodológicos incorporados na ocasião da segunda fase do PNDR (2011-2015), com poucas modificações. Será construído um novo mapa de referência da pesquisa, com base nesse levantamento.

3 A PNDR E SUAS PREMISSAS[4]

Em 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional completou, oficialmente, dez anos de sua institucionalização ocorrida por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Sua emergência foi considerada um marco na retomada da questão

4. Uma versão ampliada desta seção será publicada na *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, da Universidade de Taubaté (UNITAU).

do desenvolvimento regional, após mais de duas décadas de esvaziamento das políticas e dos instrumentos para combater as iniquidades regionais no país. A percepção de que as tendências de mercado consolidadas pelo neoliberalismo e pela globalização excludente aprofundariam a seletividade do uso do território e ampliariam as diferenças espaciais herdadas do passado colonial, e que aumentaram com a industrialização fortemente concentrada em São Paulo, especialmente com o Plano de Metas (1956-1960), fomentou debates importantes sobre a pertinência de uma política nacional de desenvolvimento regional cujos argumentos e síntese pioneira encontram-se no artigo da professora Tânia Bacelar de Araújo, texto seminal cuja influência sobre a PNDR é marcante (Araújo, 1999).

Importante destacar que o diagnóstico da PNDR, a partir da metodologia que será analisada adiante, traçou acurado quadro do problema regional brasileiro interpretado a partir de múltiplas escalas. Avançou-se para uma concepção de intervenção no território que fugia exclusivamente do recorte macrorregional que marcara as políticas anteriores e que ficou muito bem exemplificada nas constituições federais de 1934, 1946 e 1988 nas quais apareciam explicitamente dispositivos legais para o desenvolvimento do Nordeste (em todas elas), da Amazônia (na de 1946) e do Norte e Centro-Oeste (na de 1988).

Outro aspecto destacado como positivo foi a ruptura com a tradicional concepção centralizadora que predominou nas versões anteriores das políticas regionais no país, nas quais as ações federais ditadas de cima para baixo (*top down*) definiam os rumos da política e da intervenção sobre o território, normalmente atreladas à implantação de grandes projetos de investimentos e sem participação dos grupos sociais na definição daquelas políticas e de suas prioridades. Políticas que, apesar de alguma eficácia econômica, foram pouco democráticas e impermeáveis à participação das populações regionais que eram as mais afetadas por elas.

Contra essa concepção, a PNDR definiu uma abordagem do tipo *bottom up* de valorização do espaço local a partir: *i)* do aproveitamento das diversidades territoriais e da riqueza sociocultural do país como um ativo a ser aproveitado em todas as regiões; e *ii)* da participação e do controle social.

É importante destacar que, embora a PNDR tenha valorizado a escala local para implementação de políticas concretas e definido os atributos locais como vetores importantes da diversidade e promotores do processo de desenvolvimento de cada território, ela definiu que não existe uma escala única para as políticas de desenvolvimento regional.

Ou seja, a política não poderia repetir o planejamento centralizado, de cima para baixo, que fora implementado na década de 1960 e 1970, embora muitos dos seus instrumentos persistam. Tampouco deveria cair no reducionismo acrítico em defesa dos localismos que avançaram na literatura regional e urbana e na formulação de políticas na América Latina nos anos 1980 e 1990. Sob a influência dessa literatura e das políticas dela decorrentes, a competição entre os territórios aprofundou-se, assim como a subordinação deles às exigências dos mercados internacionais, recrudescendo o papel da América Latina como fornecedora de *commodities.*[5]

Definia-se, a partir delas, a concepção de que a escala local poderia articular-se diretamente à global, sem mediação do Estado nacional que teria perdido importância na organização dos espaços regionais com a globalização e a reestruturação do capitalismo no âmbito mundial. Os espaços deveriam se adaptar às novas exigências a partir de políticas locais impostas pelo movimento do capital. Se até os anos 1980 prevalecera a concepção da escala nacional como a mais adequada para a formulação das políticas – do tipo *top down* – na década de 1990 predominou o endogenismo que definia o local como a escala mais adequada, a partir das políticas *bottom up*.

Sob a adoção acrítica dessas últimas, cidades e regiões passaram a ser concebidas e organizadas muito mais para o capital que para os interesses de sua população. Não por acaso, os termos cidade-empresa; cidade-mercadoria; guerra dos lugares; empresariamento regional; regiões ganhadoras etc. inundaram a literatura nacional e internacional sobre o tema. Garantir as condições de oferta – para a atração de capital – passou a ser o mais importante atributo dos governos subnacionais na formulação e na implementação dessas políticas, em detrimento do atendimento às condições da demanda social. No Brasil, a guerra fiscal[6] e o planejamento urbano com vista a tornar as cidades competitivas, naquilo que Vainer (2000) denominou cidade-mercadoria, cidade-pátria e cidade-empresa, foram exemplos da influência dessa concepção teórica.

5. Sobre a especialização latino-americana em *commodities*, ver Svampa (2013).
6. Evidentemente, a guerra fiscal no Brasil está ligada aos problemas do pacto federativo, mas as concepções localistas serviram de anteparo teórico para justificá-la.

Atenta às concepções teóricas que advogam a escala local como aquela mais adequada para promover o desenvolvimento dos territórios, a PNDR alertou para os perigos de políticas locais que potencializassem a fragmentação territorial quando desconectadas de uma coordenação federativa somente alcançável à escala nacional. Como consta em documento do Ministério da Integração,

> a valorização do local, contudo, não pode ser confundida com localismo. Soluções localistas isoladas não só não tem porte para alterar a dinâmica regional, como embutem o risco de favorecer a fragmentação. A PNDR precisa ser, fundamentalmente, uma política sistêmica, o que supõe uma abordagem em múltiplas escalas (Brasil, 2012, p. 30).

Apesar da valorização da escala e dos atributos locais, a PNDR não reservou papel menor da União para a superação das desigualdades regionais. Ao contrário, o próprio documento original explicitava que,

> só o nível federal transcende a escala das macrorregiões menos desenvolvidas; só o governo federal pode arbitrar conflitos de interesse em escala subnacional; a coordenação nacional facilita a reprodução/adaptação/difusão de políticas locais bem-sucedida; a PNDR é uma política necessariamente redistributiva e só a União tem recursos na escala exigida e a legitimidade para ações afirmativas (Brasil, 2003, p. 13).

Para Gorenstein (2014, p. 22), "no Brasil, conservam-se, ainda hoje, referências próprias do planejamento regional das décadas de 1960 e 1970, sobretudo as concepções de região e desenvolvimento regional". Isto, segundo ela, o diferenciaria do restante da América Latina cuja discussão teórica deslocaria a questão regional para as concepções localistas. Embora a afirmação de Gorenstein (2014) deva ser relativizada, afinal não faltam exemplos que atestem o advento dessas concepções entre os planejadores brasileiros, inclusive em âmbito federal, foi fato marcante no início do século XXI a retomada da temática a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que passaria pensar regionalmente o Brasil em múltiplas escalas e com a defesa da necessária articulação dos diferentes níveis de governo como convém a uma Federação com as características do Brasil.

3.1 PNDR, Federação e as escalas de atuação

A PNDR pauta-se nos princípios da descentralização, cooperação e coordenação, em que todos os níveis de governo se tornariam responsáveis pela superação das desigualdades regionais, condição para um projeto de país socialmente justo e territorialmente coeso, construído a partir de múltiplas escalas de atuação e ações em múltiplos níveis de governo.

No entanto, conforme ficou evidente na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), realizada em 2013, o problema da governança foi um de seus principais entraves, além da inexistência de um projeto nacional de desenvolvimento, cuja ausência faz prevalecer os interesses particulares dos entes federados, dando azo a um federalismo competitivo e pouco cooperativo cuja melhor síntese, no país, é o recrudescimento da guerra fiscal já anteriormente mencionada. Esta, inclusive, é a antipolítica regional, ainda que tenha contribuído para o processo de desconcentração produtiva regional no Brasil, como atestam diversos trabalhos.

A ausência de articulação entre os três níveis de governo, a falta de coordenação entre os ministérios e entre suas políticas que têm influência direta no território e a não assimilação da PNDR pelos governos subnacionais tornaram evidente a dificuldade de uma abordagem integrada das políticas territoriais, especialmente sem a redefinição do pacto federativo e da ausência de um projeto nacional de desenvolvimento.

Além disso, desde a sua origem, a PNDR não contou com instrumentos de ação, mecanismos de avaliação da política, tampouco ganhou relevância na agenda do governo federal, além de ficar restrita ao financiamento dos fundos constitucionais, dos fundos para o desenvolvimento regional e dos incentivos que apresentam limites para promoção da justiça territorial. Como descreveu Coelho, "a PNDR continuou sem instrumentos substantivos de execução, do ponto de vista orçamentário, institucional ou organizacional. A isso, acrescente-se uma aparente falta de vontade política por parte das lideranças regionais para a sua viabilização" (Coêlho, 2014, p. 65).

A escala microrregional, como descrito, ganhou particular destaque na definição das regiões-alvo. Por meio de variáveis selecionadas, foi possível classificar as 557 microrregiões brasileiras em quatro grupos, segundo o nível de renda e o desempenho econômico, elegendo aquelas que deveriam ser alvo prioritário da política (as classificadas como baixa renda, dinâmicas e estagnadas). Não obstante o enfoque microrregional, a versão original da PNDR não negligenciou qualquer escala, ao contrário, explicitou que as regiões Norte e Nordeste – e dentro desta o Semiárido – continuam como aquelas com os piores indicadores do país e deveriam contar com políticas específicas. Portanto, resolver as iniquidades territoriais exigiria – assim como exigiu no passado – ações que levassem em conta a realidade dessas duas regiões.

De forma resumida, conforme documentos oficiais do Ministério da Integração Nacional e com base no levantamento desta pesquisa, o quadro territorial traçado a partir da metodologia adotada aponta o seguinte.

1) A presença de sub-regiões com rendimentos médios relativamente elevados, dinâmicas e competitivas, e de sub-regiões com precárias condições de vida e traços de estagnação em todas as macrorregiões do país.
2) A existência de dinâmicas microrregionais demográficas e de crescimento do PIB que assinalam um perfil territorial disperso, em um contexto de baixo crescimento econômico agregado do país, ainda alguma recuperação tenha ocorrido entre 2004 e 2013, de taxas cadentes crescimento populacional.
3) A persistência de um padrão macrorregional de grande diferenciação das principais variáveis que dão sustentação a metodologia da PNDR, com a visível distância que ainda divide essencialmente Norte e Nordeste do Sul e Sudeste.
4) A distância entre as variáveis quando analisamos internamente as macro e micro regiões, e mesmo as Unidades da Federação (UFs). Ou seja, o desequilíbrio macrorregional se faz acompanhar dos desequilíbrios intramicrorregional e intraestadual.

Conforme destacado, a escolha da escala microrregional representava avanço neste tipo de intervenção no território, pois permitiria identificar particularidades intermunicipais por meio da rede urbana sub-regional. Afinal, as microrregiões têm uma cidade polo que exerce influência em sua organização socioespacial e econômica, o que possibilitaria identificar desigualdades no interior das UFs (e dentro da própria região). Isto porque cada estado é formado por um conjunto de microrregiões que são igualmente desiguais, conforme ficou evidente na tipologia da PNDR e analisado neste texto.

Definiram-se como espaços elegíveis para a PNDR, a totalidade do território abrangido pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e os demais espaços do território brasileiro, situados nas regiões Sul e Sudeste, classificados como de média e baixa renda, sejam eles dinâmicos ou estagnados. Ficaram de fora destas duas regiões aquelas de alta renda.[7] Portanto, o recorte é ao mesmo tempo macrorregional (Norte, Nordeste e Centro-Oeste e microrregional (as de média e de baixa renda, independentemente da região).

7. Segundo o Decreto nº 6.047/2007, "Com base na classificação do quadro acima, definem-se como prioritárias para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) as microrregiões dos grupos 2, 3 e 4, que devem ser territórios preferenciais para as políticas setoriais, observadas as disposições contidas neste decreto". Ainda que as microrregiões de alta renda não sejam prioritárias para a PNDR, as 26 localizadas nas regiões Norte (quatro desse total), Nordeste (sete) e Centro-Oeste (quinze) contavam com os fundos constitucionais de financiamento, beneficiando-se da política regional.

O Decreto nº 6.047/2007 definiu ainda como prioritária treze mesorregiões diferenciadas (ampliadas para quatorze em 2010), nove sub-regiões aprovadas pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (aumentadas para dez em 2010), além do Semiárido, da faixa de fronteira e das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), confirmando a abordagem em múltiplas escalas.

Apesar disso, cabe ponderar se todas as áreas de uma macrorregião considerada prioritária constitucionalmente deveriam receber a mesma atenção da política. Afinal, estas aprofundaram suas diferenças internas desde o processo de industrialização e redefinição da divisão inter-regional do trabalho no Brasil. Mais uma vez, usando o caso do Nordeste, caberia perguntar: de que Nordeste estamos tratando?[8] O do agronegócio dinâmico no Cerrado regional ou o da ainda combalida agricultura familiar? O da fruticultura irrigada com financiamento público de seus projetos ou dos pequenos produtores sertanejos ainda dependentes de infraestrutura que nunca lhes chega e sujeitos às intempéries das secas seculares? O do complexo extrativa-ferrovia-porto em sua porção setentrional no Maranhão ou da celulose no extremo sul da Bahia, ambos ligados aos mercados globalizados? Ou o das rotas de integração mais dependentes dos mercados regionais e nacional? Ou o das capitais regionais ou o das cidades (pequenas e médias) do Semiárido? Ou seja, trata-se uma macrorregião que a partir dos anos 1950 apresenta uma realidade socioeconômica muito distinta, fato, aliás, que vale para todas as demais do país. O mesmo poderia ser dito das regiões Norte e Centro-Oeste.

As próprias unidades federativas, quando descemos ao nível municipal e microrregional, são bastante heterogêneas e apresentam, muitas vezes, mosaico muito distinto no que se refere ao desempenho econômico e demográfico. Aliás, foram estes dois critérios os previamente definidos para classificar as microrregiões elegíveis pela política. Isso excluiu, por exemplo, aquelas, de alta renda, independentemente de sua localização macrorregional, conforme descrito anteriormente. Por sua vez, microrregiões fora do Norte, Nordeste e Centro-Oeste – aquelas que são constitucionalmente definidas como alvo dos fundos públicos para o desenvolvimento regional brasileiro – poderiam desde então ter políticas de desenvolvimento regional que promovessem suas potencialidades locais. Nestes termos, todo o território nacional, ou seja, todas as UFs que apresentassem microrregiões classificadas como prioritárias para a PNDR, tornou-se potencialmente alvo da política, afinal, a pobreza e a estagnação econômica, ainda que concentradas nas regiões Norte e Nordeste, encontram-se dispersas em todos os estados brasileiros.

8. Sobre a diferenciação no Nordeste, ver Araújo (1995).

Estabelecia-se, com isso, uma contradição: se em todos os estados há microrregiões elegíveis, como realizar o financiamento da política se constitucionalmente apenas o Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm garantido fundos públicos para a promoção do seu desenvolvimento? A solução encontrada foi a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que nunca passou de uma proposta inviabilizada pela ausência de uma reforma tributária que redefinisse o pacto federativo brasileiro. A não constituição do FNDR foi considerada por muitos especialistas como o principal entrave para a execução da PNDR e para torná-la, efetivamente, uma política de Estado com abrangência por todo o território.

A ênfase dos analistas e no texto da PNDR II foi a de que a insuficiência de recursos orçamentários se constituiu em fator limitante da PNDR I e os impactos orçamentários e/ou financeiros para o Tesouro Nacional ainda demandam longo ciclo de negociações, inclusive pela dimensão federativa que o tema traz (Rocha Neto e Alves, 2014). No entanto, passado o ciclo das *commodities* que possibilitou a retomada – ainda que tímida – do crescimento pós-2004, a questão que se coloca é: se não foi possível avançar na fartura, como imaginar ser possível ampliar a base de recursos para a política em um contexto de recessão e crise fiscal e orçamentária que se abateu sobre a União, os estados e os municípios a partir de 2014? Embora em um país subdesenvolvido e com históricos problemas de iniquidade regional, o financiamento seja questão nevrálgica, não parece ter sido este o impeditivo para a efetivação da PNDR que apresentou diversos problemas que foram destacados na I Conferência Nacional para o Desenvolvimento Regional, realizada em 2013 e que culminou com o documento da PNDR II.

3.2 A PNDR e a dinâmica regional brasileira no século XXI

Nesses onze anos, diversos trabalhos analisaram a PNDR e chegaram a conclusões muito parecidas sobre sua pouca efetividade e como ela pouco influenciou a dinâmica regional brasileira. Esta política, conforme destacado por diversos autores, foi afetada muito mais por um conjunto de fatores derivados de políticas implícitas que não tinham como foco a questão regional ou pela demanda internacional de *commodities* que impulsionou a base de recursos naturais de áreas fora do *core* da economia brasileira. Entre estes fatores que tiveram relevância até 2013, quando foi possível implementar políticas sociais mais robustas, antes da crise econômica e fiscal que se abateu sobre o país, caberia destacar, resumindo livremente o que tem sido apontado pela literatura, em particular no trabalho de Macedo, Pires e Sampaio (2017).

1) As políticas de transferência de renda, que beneficiaram principalmente as áreas mais pobres das regiões Norte e Nordeste, especialmente a zona rural.

2) A política de interiorização das instituições de ensino superior, que ampliou a oferta pública de educação em municípios acima de 50 mil habitantes em áreas anteriormente não atendidas por escolas federais.

3) O aumento do emprego, da renda e do crédito ao consumidor, que ampliou o mercado de consumo das regiões mais pobres.

4) O aumento da formalização do emprego, que repercutiu mais favoravelmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Houve crescimento do emprego formal proporcionalmente maior nestas três regiões.

5) A política de valorização do salário mínimo, que ampliou a capacidade de consumo em todo o país, especialmente naquelas regiões em que a formalização do emprego foi maior e cuja renda é mais diretamente ligada a esse piso salarial. A evolução das vendas no varejo nas regiões brasileiras apresentou maior crescimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

6) O aumento dos fundos públicos, especialmente os fundos constitucionais de financiamento, que cresceram continuamente a partir de 2003.

7) A retomada dos investimentos públicos e privados, direcionando parcela importante para fora do Sul e Sudeste, com destaque para os investimentos em infraestrutura (PNLT, PIL 1 e 2, PAC 1 e 2) para escoamento das produções de *commodities* das regiões Norte e Centro-Oeste, que tem possibilitado o avanço da extrativa mineral e do agronegócio nelas.

8) Base de recursos naturais e disponibilidade de terras fora do *core* industrial brasileiro, que possibilitou o crescimento das atividades do agronegócio (Centro-Oeste e região do Matopiba, principalmente) e da extrativa mineral (sudeste do Pará e litoral brasileiro, especialmente norte do Rio de Janeiro e sul do Espírito Santo).

9) A guerra fiscal que possibilitou a localização de investimentos privados fora do Sudeste, contribuindo para a desconcentração produtiva regional no país.

A influência das políticas implícitas no desenvolvimento regional brasileiro recente em detrimento das políticas explícitas foi apontada como resultado dos problemas para a implementação da PNDR e da não internalização dela na agenda federal, o que impediu sua efetivação como uma política de Estado. Este fato está colocado claramente no já citado documento do Ministério da Integração Nacional.

> A recente experiência brasileira, com seu novo padrão de políticas públicas, é uma clara evidência desse quadro projetado anteriormente, sugerindo a necessidade da política de desenvolvimento regional ser construída levando em conta dois componentes. O primeiro é o componente de política explicita, ou seja, formado por um conjunto de instrumentos clássicos de política regional tais como fundos de fomento, incentivos fiscais, agências regionais e outras organizações de promoção

> do desenvolvimento em várias escalas, etc. Outro componente é aquele que se refere à coordenação das principais políticas setoriais, a fim de canalizar seus impactos positivos em direção das regiões menos desenvolvidas. Este segundo componente deve receber grande destaque na nova PNDR. (Brasil, 2012, p. 25).

A dicotomia reducionista do debate entre o papel das políticas implícitas *versus* o das políticas explícitas encobre uma questão muito mais importante e complexa sobre o lugar reservado às políticas territoriais no atual contexto socioeconômico, afinal,

> nenhuma política territorial é geográfica em estado puro, ou seja, simples artimanha de arranjo ao nível de espaço e de poder estatal. Com o avanço das formas típicas do capitalismo em sua fase atual, elas serão cada vez mais subestratégia da política econômica maior. Daí (...) o fato de que as políticas regionais, urbanas ou similares sempre ocuparão os capítulos periféricos dos grandes planos nacionais do desenvolvimento (Costa, 2001, p. 55).

Conforme destacaram Macedo, Pires e Sampaio (2017), não obstante a polêmica desta afirmação, ela oferece a possibilidade de reflexão sobre a natureza das políticas urbano-regionais e o papel que elas deveriam (ou poderiam) desempenhar no contexto atual do capitalismo; contexto de profunda reorganização comandada por grandes *players* globais que subordinam o ordenamento do território à sua necessidade imperiosa de acumulação planetária; de enfraquecimento dos Estados nacionais cada vez menos capazes de fazer frente ao movimento global do capital; e de subordinação das políticas setoriais à financeirização global da economia. Neste quadro, a experiência recente ilustra como a política econômica subordina todas as demais políticas às exigências do sistema financeiro internacional. Não se trata simplesmente, portanto, do fato de uma política regional ter sido ou não sancionada na agenda federal e/ou de ela contar ou não com instrumentos para sua efetivação como ocorreu com a PNDR, não obstante estes aspectos serem relevantes.

A percepção da pouca efetividade da PNDR identificada em trabalhos acadêmicos foi compartilhada pelos formuladores de políticas públicas, especialmente por aqueles diretamente ligados à execução das políticas regionais. Isso culminou com um amplo debate nacional, ocorrido em todas as UFs em 2012 e 2013, cujo desfecho foi a realização da primeira CNDR, promovida pelo Ministério da Integração Nacional, em março de 2013, na capital federal. Nela buscou-se identificar meios para superar os gargalos que impossibilitaram a implementação da versão original da PNDR. O resultado foi a elaboração da segunda PNDR, que incorporou um conjunto de recomendações amplamente debatido nas conferências estaduais e pelos delegados presentes no encontro nacional.

Observa-se uma estranha situação: sem conseguir ser efetivamente implementada, a PNDR entrava em sua segunda versão, está mais bem elaborada, com diagnóstico mais preciso da questão regional e com caminhos mais claros para sua efetivação a partir de consensos que se estabeleceram na primeira CNDR. Poucas vezes estabeleceu-se consenso tão grande sobre a pertinência e articulação multiníveis de atores relevantes e dos governos nacional e subnacionais para a implementação de uma política que fora tão ampla e democraticamente debatida. Não obstante este quadro auspicioso, a PNDR não ganhou espaço na agenda do governo federal e não se tornou, portanto, uma política de Estado.

O fato objetivo é que a realidade regional brasileira sofreu modificações que pouco tem a ver com a política regional. O conjunto de fatores listados anteriormente que agiram sobre ela tornou muito mais complexo o quadro urbano-regional brasileiro e impõe ações muito mais radicais para superação do desenvolvimento desigual e combinado que marca o padrão de organização espacial no Brasil. Este vem sofrendo mudanças desde o final do século passado, sem, contudo, superar as grandes heterogeneidades que lhe dão forma e conteúdo. Segundo Macedo (2010a), é este

> o novo padrão de organização territorial que se manifesta no Brasil no início do século XXI: processos – ainda que lentos – de desconcentração econômica e demográfica; articulação local-global mais forte nas áreas que se inseriram nas correntes de comércio exterior; potencial fragmentação do território; crescimento de cidades médias acima das áreas metropolitanas tradicionais, com reprodução dos velhos problemas urbanos; novas territorialidades surgindo nas áreas de expansão agrícola e mineral; taxas menores de migração rural-urbano e crescimento das migrações urbano-urbano; predomínio das grandes corporações na estruturação dos espaços regionais e urbanos; constituição de infraestruturas para aumento da integração produtiva externa; elaboração de políticas regionais e urbanas direcionadas para o aumento da integração competitiva no país (p. 67-68).

É sobre este quadro derivado da dinâmica regional e urbana do país que devem ser pensadas as proposições de ação sobre as regiões brasileiras, dentro de um projeto verdadeiramente nacional de desenvolvimento, razão pela qual atualizar as tipologias e os mapas de referenciada da PNDR é um exercício importante. É o que se faz a seguir.

4 ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS E METODOLOGIA

A proposta de tipologia que será apresentada incorpora as estimativas dos PIBs municipais, fornecidas pelo IBGE, com base na metodologia de 2010, e procura reproduzir, na medida do possível, os procedimentos metodológicos adotados na ocasião da segunda fase da

PNDR (2011-2015), com poucas modificações. Deste modo, procurou-se construir um novo mapa de referência da política, com base nesse levantamento. De acordo com os parâmetros utilizados na elaboração da PNDR e na sua avaliação ao longo dos anos, as variáveis utilizadas (quadro 1) neste trabalho procuram exprimir padrões e dinâmicas recentes da distribuição da população no território, suas características no que tange ao seu rendimento médio e o dinamismo econômico local/regional medido pela variação do produto.

QUADRO 1
Dicionário das variáveis

Base	Conteúdo	Fonte	Descrição das variáveis
1	PIB dos municípios	IBGE	Ano de referência 2010, a preços correntes, anual, em R$ de 2002 a 2014.
2	Valor adicionado bruto setorial por município	IBGE	Ano de referência 2010, a preços correntes, anual, em R$ de 2002 a 2014.
3	Deflator setorial do PIB por UFs	IBGE/Contas Regionais	
4	Cesta básica das capitais estaduais	DIEESE	Para dezessete capitais, média mensal anual, ano de referência 2010, a preços correntes.
5	Valor total dos rendimentos recebidos	IBGE/Censo Demográfico	Ano 2010, por município.
6	População dos municípios	IBGE/Censo Demográfico e estimativas anuais	De 2002 a 2014.

Elaboração dos autores.

O quadro 1 apresenta o dicionário das variáveis utilizadas. Conforme a metodologia original da PNDR, a construção da tipologia prioriza o nível de renda e o dinamismo econômico local/regional medido pela variação do produto na caracterização das MRGs. O procedimento metodológico para o cálculo de ambos foi o seguinte.

1) Rendimento domiciliar monetário *per capita*: para o cálculo do valor do rendimento domiciliar mensal médio por habitante, buscou-se o valor total dos rendimentos recebidos por município, aferidos pelo Censo Demográfico 2010. Em conformidade com a metodologia originalmente utilizada na elaboração da PNDR, o valor do rendimento foi ajustado por um índice de cesta básica, tomando como referência o valor da menor cesta, entre as cidades investigadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Em seguida, agrupados os valores por microrregião, foi atribuída cota-parte de cada MRG no total ajustado, e "imputada" esta cota-parte ao valor nominal do Brasil. Com os valores ajustados, a variável investigada é dada pelo quociente deste valor e a população residente nas MRGs no ano analisado. Importante ressaltar que o valor do salário mínimo, em 2010, era de R$ 510.

2) Taxa de variação geométrica dos PIBs *per capita*: para este indicador, calculou-se o PIB das MRGs com base no PIB municipal a preços correntes (R$), de 2002

a 2014, divulgados pelo IBGE. Os valores foram deflacionados pelos deflatores setoriais dos PIBs das unidades federativas (a preços de 2010). Foi obtida a média trienal simples dos PIBs das MRGs para os períodos 2002-2004 e 2012-2014, para, em seguida, calcular a taxa de crescimento anual. O valor por habitante foi obtido com o quociente do PIB da MRG a preços constantes, pela média da população dos municípios nos períodos respectivos.

No anexo A, encontram-se os passos seguidos para os cálculos das duas variáveis.

5 CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA TIPOLOGIA E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Para a construção da proposta de atualização da tipologia sub-regional da PNDR, optou-se por seguir os mesmos procedimentos adotados para a implementação da política, no que se refere aos critérios de utilização dos dois parâmetros básicos de referência. Ou seja, fez-se o cruzamento das variáveis a fim de se construir a nova tipologia. Deste modo, para cada parâmetro, foram considerados valores "altos" – alta renda ou alto crescimento do PIB –, aqueles situados acima do terceiro quartil; por sua vez, os valores "médios" – posição intermediária de renda ou de crescimento do PIB – são os que estão situados entre o primeiro e o terceiro quartil, ou seja, em torno da mediana. E, por fim, consideraram-se valores "baixos", isto é, de baixa renda ou de baixo crescimento, aqueles que se apresentaram inferiores ao primeiro quartil.

Quanto à classificação das MRGs com base no cruzamento dos parâmetros adotados, optou-se por manter as denominações já utilizadas pela PNDR, a fim de se identificar com mais facilidade as mudanças e permanências, bem como avaliar alguns resultados da política, no que tange ao dinamismo regional.

Pelo exposto, foram geradas as seguintes situações possíveis.

1) Sub-regiões de alta renda: caracterizada como a situação mais favorável possível dentro do quadro analisado, reúne o quartil superior das MRGs com maior rendimento por habitante no país, totalizando 139 unidades territoriais (25%).
2) Sub-regiões de baixa renda: situa-se no outro extremo da condição anterior, sendo a situação menos favorável, trata-se das MRGs com o menor patamar de rendimento nominal por habitante e com menores taxas de crescimento do PIB *per capita* (médio ou baixo crescimento). Fazem parte desse grupo 120 unidades territoriais.

3) Sub-regiões dinâmicas: situação intermediária, decorrente do cruzamento do rendimento médio com o PIB *per capita*. Trata-se do grupo de MRGs com as maiores taxas de crescimento do PIB *per capita* e que não figuram no grupo de alta renda, totalizando 110 MRGs.

4) Sub-regiões estagnadas: outra situação intermediária, consiste no grupo restante de MRGs que dispõem de valores intermediários de rendimento médio por habitante, mas que apresentam taxas médias ou baixas de dinamismo econômico, medidas pelo crescimento do PIB *per capita*. Foram classificadas nesse grupo 188 MRGs.

QUADRO 2
Tipologia das sub-regiões da PNDR

Variação do PIB *per capita* 2002-2014 (média)	Rendimento médio por habitante (2010)		
	Alta	Média	Baixa
Alta	Alta renda 139 MRGs	Dinâmica 110 MRGs	
Média		Estagnada 188 MRGs	Baixa renda 120 MRGs
Baixa			

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.

5.1 Resultados encontrados

Com a atualização das tipologias, segundo os critérios estabelecidos pela PNDR e descritos anteriormente, observa-se grande alteração na classificação, com 207 microrregiões (ou 37,1% do total).

Como primeira aproximação dos dados levantados, o cartograma 1 aponta para a disposição das MRGs que tiveram ou não alteração de sua classificação na nova tipologia sub-regional da PNDR. Entre as unidades investigadas, identificaram-se 207 MRGs cujos parâmetros foram alterados, sendo que a maior parte (58,5%) está situada nas regiões Norte ou Nordeste.

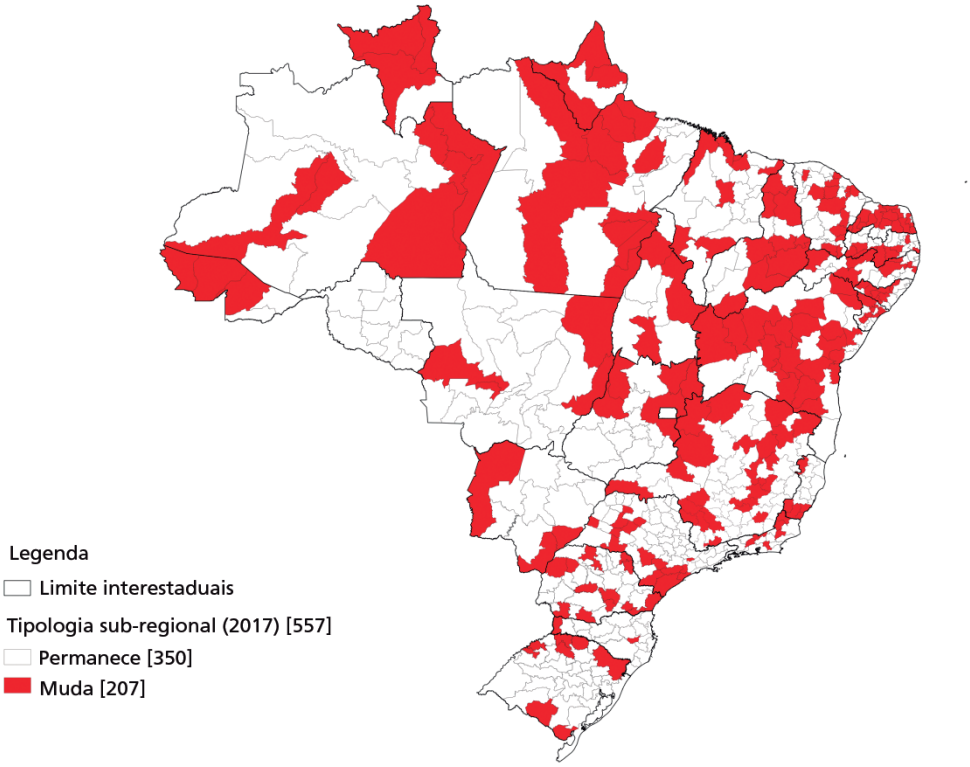
No anexo C, estão listadas novas classificações das MRGs, inclusive daquelas que sofreram alteração dos parâmetros. Destas, dezoito saíram da condição de alta renda para dinâmica ou estagnada, indicando que foram ultrapassadas, em renda domiciliar, por outras unidades.[9] A seu turno, dezenove MRGs deixaram a condição

9. Ver quadro no anexo C.

de baixa renda, para figurarem como dinâmica ou estagnada, apontando principalmente para um maior crescimento do PIB *per capita*.

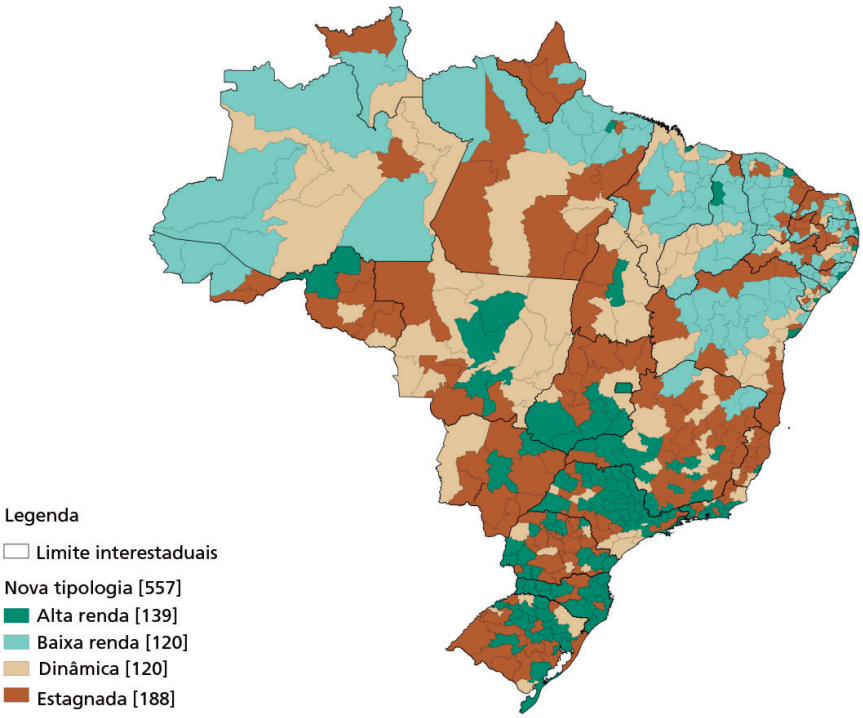
As maiores mudanças ocorrem nas MRGs outrora classificadas como dinâmicas (88) e estagnadas (82), cuja análise mais pormenorizada permitirá identificar se as modificações foram diretamente proporcionadas pelas políticas adotadas no âmbito da PNDR. Nota-se, porém, um aumento do número de MRGs de baixa renda, o que decorre de menores taxas de crescimento entre as MRGs que figuram nesse grupo. Estas mudanças são mais fáceis de serem visualizadas nos cartogramas 2 e 3. O cartograma 2 apresenta a classificação das MRGs, em 2006, quando da implementação da política. Já o cartograma 3 dispõe da nova proposta apresentada.

CARTOGRAMA 1
Microrregiões que sofreram nova classificação da tipologia da PNDR – Brasil



Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.

CARTOGRAMA 2
Classificação das microrregiões segundo tipologia da PNDR – Brasil (2017)



Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.

Com exceção da aglomeração urbana de São Luís e da MRG de Teresina, todas as MRGs que assumiram a posição de alta renda – em substituição àquelas dezoito que perderam esta posição – estão situadas nas regiões Sul e Sudeste e já despontavam com nível médio de renda na metodologia anterior, quando eram classificadas como estagnadas.[10] Ou seja, trata-se apenas de mudanças de posição nos limites discretos entre os dois grupos. Tais informações sugerem a permanência da concentração da renda nestas regiões, refletindo o quadro histórico da desigualdade regional brasileira, a despeito da melhora apontada por diversos pesquisadores da temática regional e urbana no Brasil para os últimos treze anos. Isto é, mantém-se uma relativa distância entre as MRGs do Norte-Nordeste em relação à renda média do Centro-Sul do país.

10. Por sua vez, as dezoito MRGs que ostentavam essa posição anteriormente, também pertenciam ao Centro-Sul do país (exceção da MRG de Boa Vista), havendo apenas uma substituição entre elas, ocasionada pela superação da renda, como sugerido.

De igual modo, 56 MRGs classificadas como estagnadas passaram à condição de dinâmicas, sendo sete na região Norte; dezoito na região Nordeste, mesmo número para o Sudeste; nove na região Sul e quatro na Centro-Oeste. Entre as MRGs dinâmicas, das 88 que mudaram de posição, cinquenta passaram a condição de baixa renda, em função da perda de dinamismo do crescimento do PIB *per capita*, estando em sua quase totalidade situadas no Norte-Nordeste (apenas três MRGs de Minas Gerais apresentaram o mesmo desempenho). Outras 38 MRGs tornaram-se estagnadas, sendo dezenove no Norte-Nordeste e dezenove no Centro-Sul.

Em uma análise que precisa ser aprofundada, as mudanças na tipologia parecem apontar para uma piora na posição das MRGs do Norte-Nordeste, cujas macrorregiões guardam a herança histórica das desigualdades regionais no Brasil.

A tabela 1 apresenta a disposição das MRGs, conforme sua classificação, para as grandes regiões e as Unidades da Federação. O Nordeste concentra a maior parte das MRGs de baixa renda, que também é a maioria entre as MRGs desta região (50,3%). A visualização dos cartogramas 1 e 2 ainda permite perceber o maior número de MRGs de baixa renda, entre a primeira classificação e a atual. As maiores concentrações estão nos estados de Alagoas (76,9%), Ceará (60,6%) e Maranhão (57,1%). No extremo oposto, apenas as unidades territoriais onde estão situadas as capitais estaduais do Nordeste apresentam classificação de alta renda, o que ilustra bem o quadro regional. Com menos áreas dinâmicas e estagnadas do que na versão anterior, importa investigar os fatores relacionados ao desempenho dessas áreas.

TABELA 1
Nova tipologia sub-regional da PNDR, por regiões e UFs

Unidade territorial	Alta renda	Baixa renda	Dinâmica	Estagnada	**Total**
Brasil	**139**	**120**	**110**	**188**	**557**
Região Norte	3	22	17	22	**64**
Rondônia	1	0	2	5	**8**
Acre	0	3	0	2	**5**
Amazonas	0	5	7	1	**13**
Roraima	0	2	1	1	**4**
Pará	1	10	3	8	**22**
Amapá	0	1	0	3	**4**
Tocantins	1	1	4	2	**8**

(Continua)

(Continuação)

Unidade territorial	Alta renda	Baixa renda	Dinâmica	Estagnada	**Total**
Região Nordeste	9	94	41	43	**187**
Maranhão	1	12	7	1	**21**
Piauí	1	8	5	1	**15**
Ceará	1	20	4	8	**33**
Rio Grande do Norte	1	9	2	7	**19**
Paraíba	1	11	2	9	**23**
Pernambuco	1	6	5	6	**18**
Alagoas	1	10	1	1	**13**
Sergipe	1	3	6	3	**13**
Bahia	1	15	9	7	**32**
Região Sudeste	65	4	27	64	**160**
Minas Gerais	15	4	12	35	**66**
Espírito Santo	1	0	4	8	**13**
Rio de Janeiro	8	0	2	8	**18**
São Paulo	41	0	9	13	**63**
Região Sul	48	0	9	37	**94**
Paraná	14	0	5	20	**39**
Santa Catarina	17	0	0	3	**20**
Rio Grande do Sul	17	0	4	14	**35**
Região Centro-Oeste	14	0	16	22	**52**
Mato Grosso do Sul	2	0	1	8	**11**
Mato Grosso	4	0	13	5	**22**
Goiás	7	0	2	9	**18**
Distrito Federal	1	0	0	0	**1**

Fonte: Quadro 1.
Elaboração dos autores.

A região Norte concentra o restante das MRGs de baixa renda[11] (34,4% das MRGs da região), sendo a maior parte no Pará, também contando com igual número de MRGs estagnadas (34,4%) e com apenas três MRGs de alta renda.[12] A região Sudeste reúne quase metade das MRGs de alta renda do país, o que representa 40,6% das unidades territoriais da região. Valor levemente superior ao número de MRGs estagnadas (40,0%).

11. Com exceção de quatro unidades situadas ao norte do estado de Minas Gerais que também são de baixa renda.
12. São elas as MRGs de Porto Velho, em Rondônia; Belém, no Pará; e Porto Nacional, no Tocantins.

Na região Sul, 51,6% das MRGs são de alta renda, distribuídas pelos três estados. Destaca-se a predominância dessa classificação no estado de Santa Catarina, com 85% do total de suas microrregiões. Por fim, a região Centro-Oeste tem 42,3% de suas MRGs estagnadas, mas com o maior percentual de MRGs dinâmicas, em relação às demais MRGs do país. Considerando tratar-se de unidades com maior extensão territorial, estas MRGs refletem o desempenho do agronegócio na região.

5.2 Caracterização das desigualdades regionais brasileiras: análise dos parâmetros de rendimento e de PIB *per capita*

Como explicado ao longo do texto, a tipologia sub-regional foi construída com base no cruzamento de duas variáveis que procuram exprimir padrões e dinâmicas espaciais da economia e da população, permitindo um olhar criterioso sobre o território, apontando caminhos para a análise e a ação da política regional (Brasil, 2010). As variáveis buscam retratar, por um lado, a riqueza relativa da população, com o rendimento médio dos habitantes e, por outro, o potencial relativo do crescimento econômico observado, a partir da variação do PIB *per capita* das microrregiões. Portanto, a primeira fornece uma visão estática e a outra uma visão dinâmica sobre as desigualdades territoriais.

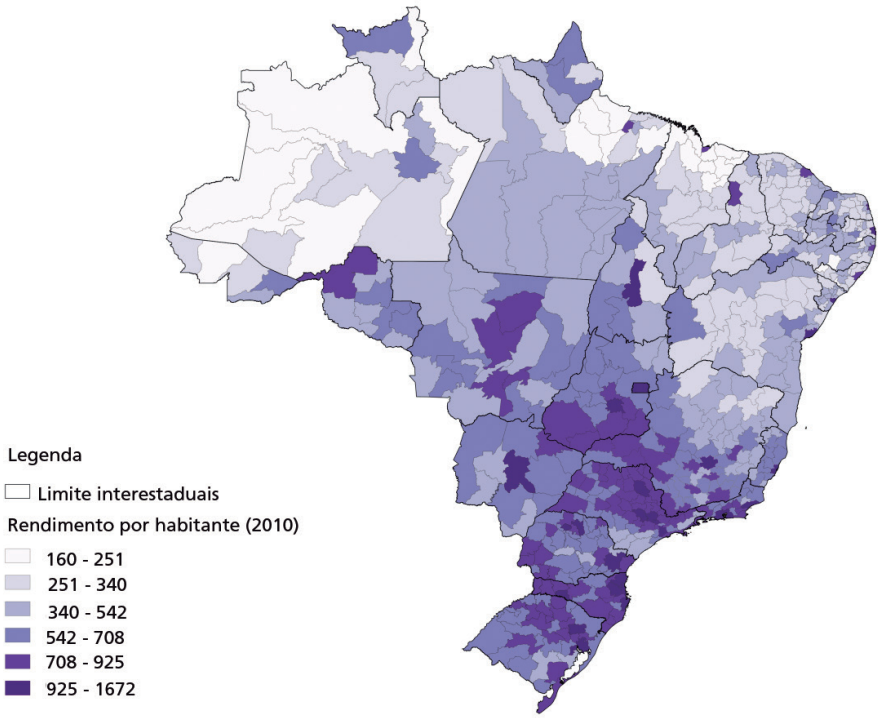
Nesta seção, buscamos discutir alguns dos principais resultados apresentados por cada variável, individualmente, a fim de compreender como cada uma delas reflete o atual estado das desigualdades regionais do país e de suas diferentes dinâmicas territoriais recentes. Por sua vez, também procuramos fazer uma apresentação sintética das informações por tipologia. De antemão, lembramos que os dados utilizados nesta seção foram previamente preparados para a construção da tipologia, conforme descrito nos anexos deste texto. Ou seja, estaremos nos referindo às variáveis ajustadas.

5.2.1 Análise do padrão de rendimentos entre os diferentes espaços regionais: rendimento domiciliar monetário por habitante

As informações sobre os rendimentos familiares no Brasil fornecem o diagnóstico mais objetivo e direto a respeito das desigualdades sociais do país. De fato, o Brasil conserva sua herança histórica de concentração da renda em toda escala espacial que se analisa, independentemente dos critérios sociais utilizados. O cartograma 3, construído com base nos dados do Censo Demográfico 2010, ilustra bem uma situação repetidamente demonstrada por pesquisadores da questão regional brasileira e até de outras áreas, que é a relativa concentração da renda *per capita* em determinadas porções do território brasileiro.

De um lado, a concentração litorânea – referendada pela situação das capitais nordestinas em relação às demais sub-regiões de seu entorno – e, por outro, uma linha imaginária que corta o país no sentido leste-oeste, refletindo uma divisão norte e sul, entre os mais pobres e mais ricos do país.

CARTOGRAMA 3
Distribuição do rendimento domiciliar mensal por habitante, entre as microrregiões brasileiras (2010)



Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.

De fato, a distribuição da renda domiciliar mensal *per capita* entre as microrregiões brasileiras revelam o quão distante o país ainda se encontra de superar suas profundas debilidades estruturais, no que tange ao seu quadro histórico de heterogeneidade social, econômica e produtiva. As tabelas 2, 3 e 4 ilustram a distância extrema dos níveis de rendimento. De acordo com o apresentado na tabela 2, a microrregião mais rica do país detinha, em paridade de poder de compra, uma renda *per capita* dez vezes maior que a unidade territorial mais pobre (R$ 1.672,00 no Distrito Federal contra R$ 160,00 em Japurá/AM). Enquanto a primeira correspondia a mais de 210% da média do Brasil (R$ 793,00), a última alcançava apenas 20% do rendimento *per capita* brasileiro.

TABELA 2
Desigualdade na distribuição da renda *per capita* por microrregião – Brasil (2010)

Brasil/microrregiões	Renda *per capita* ajustada (R$)	MRG/BR (%)	Razão
Japurá/AM	160,04	20,16	1,00
B. Parnaíba Maranhense/MA	181,50	22,86	1,13
Brasil[1]	793,87	100,00	4,96
Florianópolis/SC	1.345,70	169,51	8,41
Brasília/DF	1.672,24	210,64	10,45

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.
Nota:[1] Valor conforme Atlas do PNUD.

Embora os dados de rendimento reflitam a posição estática para 2010, essa desigualdade é resultante da dinâmica assimétrica do desenvolvimento capitalista brasileiro, que se concentrou historicamente em alguns espaços, enquanto outros se viram secularmente estagnados. Um bom exemplo disto pode ser visto nas tabelas 5 e 6, que ilustram as vinte microrregiões mais ricas e mais pobres do Brasil, respectivamente. Apenas as MRGs de Aracaju (Sergipe) e de Natal (Rio Grande do Norte), entre todas as MRGs do Norte e do Nordeste, lograram figurar entre os maiores rendimentos por habitante no país. Predominam neste quadro as principais áreas do Sul e do Sudeste (tabela 3). Por seu turno, entre as microrregiões de menor rendimento por habitante, o Norte e Nordeste predominam.

TABELA 3
Vinte maiores microrregiões por valor do rendimento monetário médio mensal por habitante (2010)

Microrregião	Valor (R$)	Posição	Microrregião	Valor (R$)	Posição
Brasília/DF	1.672,24	1ª	Jundiaí/SP	1.049,54	11ª
Florianópolis/SC	1.345,70	2ª	Aracaju/SE	1.043,24	12ª
São Paulo/SP	1.241,95	3ª	Joinville/SC	1.030,74	13ª
Curitiba/PR	1.188,22	4ª	Campinas/SP	1.022,73	14ª
Goiânia/GO	1.101,47	5ª	Itajaí/SC	1.022,24	15ª
Blumenau/SC	1.091,92	6ª	Vitória/ES	1.010,97	16ª
Caxias do Sul/RS	1.088,99	7ª	Maringá/PR	1.001,09	17ª
Rio de Janeiro/RJ	1.082,90	8ª	Ribeirão Preto/SP	992,70	18ª
Belo Horizonte/BH	1.070,65	9ª	Natal/RN	992,01	19ª
Porto Alegre/RS	1.063,32	10ª	Londrina/PR	958,84	20ª

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.

Esse quadro reflete no desempenho das tipologias sub-regionais da PNDR, conforme a nova proposta de atualização. Deste modo, somente as microrregiões de alta renda concentravam em 2010, 75,2% do volume total dos rendimentos recebidos em 2010,[13] e valor médio da renda *per capita* de R$ 844,00. Trata-se, aqui, do grupo com o maior percentual de urbanização entre os tipos investigados, com 94,87% de população urbana, densidade demográfica de 113 hab./km² e 57,7% da população nacional, em que pese ocupar apenas 11,4% do território brasileiro (quadro 3).

TABELA 4
Vinte menores microrregiões por valor do rendimento monetário médio mensal por habitante (2010)

Microrregião	Valor (R$)	Posição	Microrregião	Valor (R$)	Posição
Japurá/AM	160,04	557ª	Traipu/AL	205,96	547ª
B. Parnaíba Maranhense/MA	181,50	556ª	Coelho Neto/MA	209,18	546ª
Portel/PA	184,00	555ª	Gurupi/MA	211,91	545ª
Lençóis Maranhenses/MA	192,48	554ª	S. do Sertão Alagoano/AL	218,83	544ª
Itapecuru Mirim/MA	194,28	553ª	Rosário/MA	221,40	543ª
Juruá/CE	198,77	552ª	Lit. Ocid. Maranhense/MA	223,25	542ª
Chapadinha/CE	203,73	551ª	Baixada Maranhense/MA	229,59	541ª
Alto Solimões/AM	204,94	550ª	Guamá/PA	229,86	540ª
Purus/AM	204,95	549ª	Tarauacá/AC	233,58	539ª
Furos de Breves/PA	205,08	548ª	Vale do Ipanema/PE	239,37	538ª

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.

As microrregiões de baixa renda, com 10,9% da população do país, concentravam apenas 3,7% da renda nacional. No conjunto, este grupo apresentava, em 2010, um grau de urbanização de 54,5% e densidade demográfica de 8,4 hab./km², representando a maior parcela do território nacional (29,3%). O valor médio da renda por habitante nesse grupo era de R$ 290,00, cerca de 37% da média do país. Os dados de volume de renda entre esses dois grupos também confrontam realidades muito distintas, no que se refere à capacidade que cada um tem de resistência às adversidades e de

13. Chama-se atenção para a importância desse indicador de volume total da renda, que difere do rendimento *per capita*. Isto porque, enquanto o último indica os benefícios individuais percebidos por ocasião da renda, o primeiro aponta para os ganhos de escala decorrentes de benefícios sociais superiores (mais do que a unidade) aos ganhos de rendimento, quando se acrescem novos habitantes.

solução às suas debilidades estruturais. Isto reflete-se na espacialização de uma variedade de dados socioeconômicos (educação, violência, saúde etc.), em que todos eles reprisam as desigualdades apresentadas no cartograma 3.[14]

As microrregiões dinâmicas respondiam por 7,1% do volume total dos rendimentos recebidos em 2010, correspondendo a 11,4% da população brasileira. A renda *per capita* neste grupo era de aproximadamente R$ 470,00, apresentando densidade demográfica de 9,2 hab./km² e correspondendo a 27% do território nacional. Sua extensão territorial, no entanto, é bastante influenciada pelo tamanho médio das microrregiões do Norte e Centro-Oeste do país, onde estão, principalmente, situadas.

Por último, as microrregiões estagnadas que, normalmente, correspondem às áreas de ocupação mais antiga, cujos ciclos de crescimento econômico e demográfico ocorreram no passado, representavam 13,5% da renda nacional, com uma renda *per capita* de pouco mais de R$ 535,00. O grupo mais numeroso entre as tipologias investigadas, correspondia a 20% da população brasileira e a 31,6% do território nacional. Sua densidade demográfica era de 14,2 hab./km².

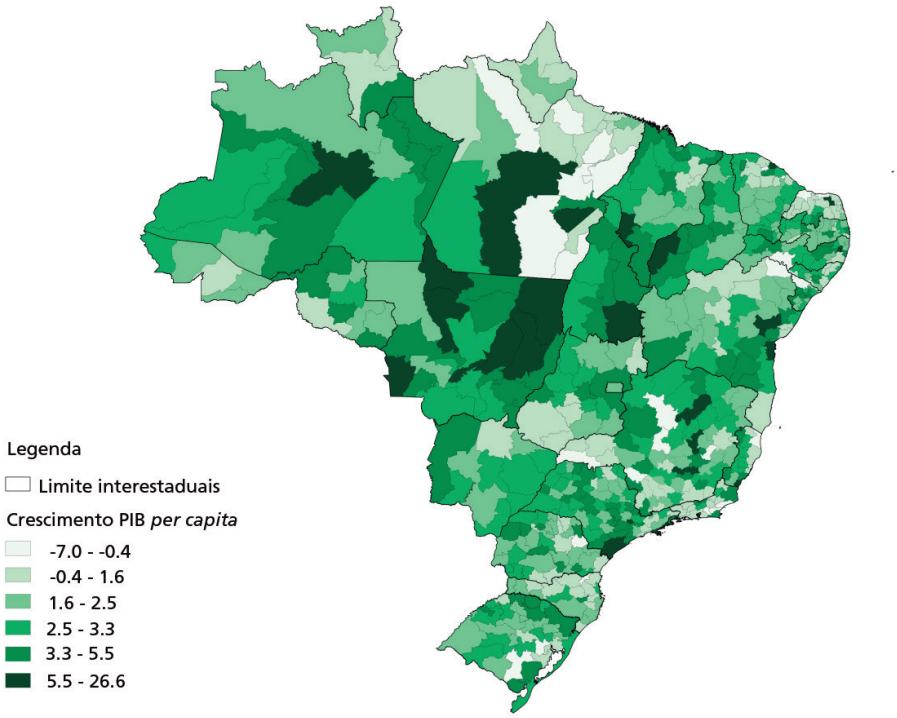
5.2.2 Análise da dinâmica produtiva regional brasileira no período recente (2002-2014): taxa de variação geométrica do PIB *per capita*

Ao longo do período investigado, a dinâmica produtiva brasileira, expressa pela variação do PIB *per capita* a preços constantes de 2010, no nível das microrregiões, apresenta a microrregião de Itapemirim, no Espírito Santo, liderando o crescimento econômico, fortemente influenciado pela exploração do pré-sal. Contudo, as principais manchas de crescimento ocorrem na chamada Amazônia Legal, na região do Matopiba e em áreas pontuais do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, conforme demonstrado no cartograma 4.

A taxa de crescimento médio anual do PIB *per capita* entre as microrregiões do Brasil foi de 2,55%. Todavia, em pouco mais da metade das unidades territoriais, o desempenho foi inferior a este percentual.

14. Tania Bacelar de Araújo, estudiosa de longa data da questão regional, demonstrou isso em palestra realizada em fevereiro de 2014, por ocasião dos quarenta anos da Fundação de Economia e Estatística (FEE). O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QkcvAKgLfd0>.

CARTOGRAMA 4
Taxa de variação geométrica do PIB *per capita*, por microrregiões (2002-2014)



Fonte: IBGE (2008).
Elaboração dos autores.
Obs.: Ano de referência 2010.

Apenas seis microrregiões ultrapassaram a casa dos 10% de crescimento, sendo cinco delas localizadas na região Sudeste, além de Valença/BA, situada no Nordeste (tabela 5). Entretanto, nota-se que a maior parte das microrregiões com crescimento econômico expressivo parte de uma base muito pequena. Estas microrregiões estão situadas em áreas ainda pouco relevantes para o total da economia brasileira, com pouca participação na contribuição do PIB nacional. Um exemplo disto é que as 110 microrregiões dinâmicas, conforme a nova metodologia proposta, respondem por 9,1% do PIB total brasileiro e 79,7% do PIB *per capita*, a preços correntes de 2014, em que pese responderem por 27,7% do território nacional e 11,3% da população (quadro 3).

Deve-se destacar, no entanto, a liderança que a extração mineral e a expansão da fronteira agrícola continuam exercendo na dinamização da economia nacional. O crescimento econômico mundial e, em especial, o aumento da demanda internacional por bens primários pela China – o "efeito China" – tiveram forte influência na composição dos PIBs regionais, modificando certas dinâmicas territoriais no Brasil, neste início de século XXI.

Em decorrência desse cenário, as microrregiões dinâmicas tiveram taxas de crescimento médio bem acima das verificadas para o Brasil, com 5,1% a.a. A média nacional de 2,55% foi bastante influenciada pelo baixo desempenho das microrregiões estagnadas (1,7%) e de baixa renda (1,72%), que respondem, respectivamente, por 13,5% e 3,0% do PIB do Brasil, em 2014. As taxas anuais relativas às microrregiões de alta renda estiveram próximas à média do país, com 2,30%, em que pese representarem três quartos do PIB nacional, a preços correntes de 2014, e concentrarem 57,7% da população nacional em 2010.

TABELA 5
Vinte maiores taxas de crescimento do PIB *per capita*, por microrregiões – Brasil (2002-2014)

Microrregião	% a.a	Posição	Microrregião	% a.a	Posição
Itapemirim/ES	26,60	1ª	Baixa Verde/RN	8,01	11ª
Itaguara/MG	15,11	2ª	Alto Parnaíba Piauiense/PI	7,58	12ª
Grão Mogol/MG	14,75	3ª	Rosário Oeste/MT	7,15	13ª
Valença/BA	12,36	4ª	Alta Floresta/MT	6,55	14ª
Registro/SP	11,00	5ª	Altamira/PA	6,19	15ª
Ouro Preto/MG	10,32	6ª	Dianópolis/TO	6,13	16ª
Parauapebas/PA	9,52	7ª	Coari/AM	6,09	17ª
Paranatinga/PA	8,95	8ª	Baixo Curu/CE	6,00	18ª
Porto Franco/MA	8,16	9ª	Conceição do Mato Dentro/MG	5,96	19ª
Caraguatatuba/SP	8,14	10ª	Arinos/MT	5,96	20ª

Fonte: IBGE (2008).
Elaboração dos autores.
Obs.: Ano de referência 2010.

TABELA 6
Vinte menores taxas de crescimento do PIB *per capita*, por microrregiões – Brasil (2002-2014)

Microrregião	% a.a	Posição	Microrregião	% a.a	Posição
Almeirim/PA	-6,96	557ª	Paragominas/PA	-1,91	547ª
Macau/RN	-4,73	556ª	Macaé/RJ	-1,51	546ª
Paulo Afonso/BA	-4,53	555ª	Três Marias/MG	-1,50	545ª
Itaparica/PE	-3,72	554ª	São Jerônimo/RS	-1,39	544ª
Frutal/MG	-3,55	553ª	Conceição do Araguaia/PA	-1,16	543ª
Sergipana do Sertão do São Francisco/SE	-3,40	552ª	Passos/MG	-1,12	542ª
Bacia de São João/RJ	-3,34	551ª	São Félix do Xingu/PA	-1,03	541ª
Ipatinga/MG	-2,30	550ª	Serra de Sudoeste/RS	-1,02	540ª
Tucuruí/PA	-2,20	549ª	São Mateus/ES	-0,99	539ª
Pacajus/CE	-2,10	548ª	Tomé-Açu/PA	-0,90	538ª

Fonte: IBGE (2008).
Elaboração dos autores.
Obs.: Ano de referência 2010.

QUADRO 3
Indicadores sociodemográficos por tipologia da PNDR

Variação do PIB *per capita* 2002-2014 (média)	Rendimento médio por habitante (2010)		
	Alta Acima de R$ 708,00	Média Entre R$ 340,45 e R$ 708,00	Baixa Até R$ 340,45
Alta (acima de 3,34% a.a)	Sub-regiões de alta renda 139 microrregiões	Sub-regiões dinâmicas 110 microrregiões	
	– 11,4% do território nacional (2010); – 57,7% da população (2010); – 113,3 hab./km² (2010); – 94,87% taxa de urbanização (2010); – 75,2% da renda total (2010); – 74,5% do PIB (R$ 2014); – PIB *per capita* (R$ 2014); – R$ 36.702,00; – 128,80 (BR = 100).	– 27,7% do território nacional (2010); – 11,4% da população (2010); – 9,2 hab./km² (2010); – 73,44% taxa de urbanização (2010); – 7,1% da renda total (2010); – 9,1% do PIB (R$ 2014); – PIB *per capita* (R$ 2014); – R$ 22.714,55; – 79,71 (BR = 100).	
Média (entre 1,59% e 3,34% a.a)		Sub-regiões estagnadas 188 microrregiões	Sub-regiões de baixa renda 120 microrregiões
Baixa (até 1,59%)		– 31,6% do território nacional (2010); – 20,0% da população (2010); – 14,2 hab./km² (2010); – 76,53% taxa de urbanização (2010); – 14,0% da renda total (2010); – 13,5% do PIB (R$ 2014); – PIB *per capita* (R$ 2014); – R$ 19.223,24; – 67,46 (BR = 100).	– 29,3% do território nacional (2010); – 10,9% da população (2010); – 8,4 hab./km² (2010); – 54,51% taxa de urbanização (2010); – 3,7% da renda total (2010); – 3,0% do PIB (R$ 2014); – PIB *per capita* (R$ 2014); – R$ 7.824,94; – 27,46 (BR = 100).

Elaboração dos autores.

O cenário sintetizado no quadro 3 corresponde à própria metodologia utilizada para tipologia sub-regional, em que as MRGs estagnadas e de baixa renda foram selecionadas com base nas menores faixas de crescimento do PIB *per capita*. Aponta, portanto, para os desafios colocados a uma política de desenvolvimento regional de se ativar mecanismos que favoreçam o crescimento econômico e melhorias sociais das áreas mais debilitadas do território brasileiro. É o caso especial das microrregiões de baixa renda – que em 2014 alcançavam apenas 27,46% do PIB *per capita* do país – crescendo a taxas inferiores à média do Brasil e abaixo das microrregiões de alta renda.

Por fim, na tabela 7, apresenta-se a contribuição ao PIB brasileiro total, a preços básicos, e por setor econômico, de cada grupo sub-regional da PNDR. Também permite conhecer a estrutura setorial interna do PIB em cada grupo. Os dados revelam, sobretudo, a importância econômica que as microrregiões de alta renda têm para a geração do produto total do país, em todos os setores. Com 70,3% do valor adicionado bruto (VAB) total, este grupo concentra um terço da produção agropecuária, 71% da indústria e 80% das atividades de serviços do país, em que pese também responderem por quase dois terços dos serviços de administração pública.

No outro extremo, as microrregiões de baixa renda correspondem a 10% da atividade agropecuária no país, mas contribuem de forma bastante marginal para a geração de valor das atividades secundárias e terciárias. Exceção à participação dos serviços de administração pública, que representam pouco mais de 8% da VAB brasileiro neste setor. Este último dado, reflete-se na composição setorial interna entre as microrregiões deste grupo, cuja participação da administração pública é de 42%, chamando atenção para a dependência que estas áreas possuem dos gastos do governo.

TABELA 7
Participação do valor adicionado bruto por setores no país e no VAB total, por tipologia da PNDR (2014)
(Em %)

Tipologia PNDR	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração pública	VAB total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração pública	VAB total
Alta renda	34,2	70,9	80,4	63,3	73,0	2,4	23,1	60,3	14,2	100,0
Baixa renda	10,1	1,4	1,9	8,3	3,3	15,6	10,4	32,1	41,9	100,0
Dinâmica	19,4	14,4	6,7	9,9	9,6	10,0	35,5	37,7	16,8	100,0
Estagnada	36,3	13,2	11,1	18,5	14,1	13,0	22,4	43,0	21,6	100,0
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: IBGE (2008).
Obs.: Ano de referência 2010.

Entre os grupos intermediários, as microrregiões dinâmicas têm maior contribuição ao VAB total do Brasil pelo setor agropecuário (19,4% do VAB da agropecuária do país), que representa 10% de sua estrutura setorial interna, o que reflete o dinamismo econômico da agropecuária exportadora no país. O setor industrial também tem relevância nesse conjunto regional, com 14,4% do VAB total do país e 35,5% em sua geração intersetorial. Por fim, as microrregiões estagnadas correspondem à maior parcela do VAB da agropecuária brasileira, com 36,3% de todo o valor gerado por este setor. As atividades da administração pública também despontam com grande participação (18,5%), levando este a ser o segundo maior conjunto regional na geração de valor no Brasil (14,1% do VAB total).

6 A RECLASSIFICAÇÃO DO MAPA REFERENCIAL DAS DESIGUALDADES REGIONAIS DA PNDR PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

Após a elaboração deste trabalho, o Ministério da Integração Nacional passou a adotar uma reclassificação das 558 microrregiões brasileiras, com base na mesma metodologia adotada quando da elaboração da PNDR e, portanto, neste texto.

Duas novidades aparecem nesta reclassificação: *i)* adoção de nove tipologias, em vez das quatro definidas originalmente na política e sancionadas na lei de 2007; e *ii)* classificação dos municípios segundo essas novas tipologias.

Sobre o primeiro ponto, no dia 2 de fevereiro de 2018, o MI anunciou que todas as MRGs seguiriam a nova classificação para fins de ação da PNDR, em corcondância com a Portaria nº 34 deste ministério, de 19 de janeiro de 2018. Conforme destacado, pela classificação anterior, as MRGs de baixa renda, dinâmicas e estagnadas foram definidas como áreas elegíveis de ações prioritárias da política regional.

Por sua vez, a nova classificação repete o cruzamento entre os três níveis de renda (alta, média e baixa) e os três níveis de desempenho econômico, medidos pela variação do PIB *per capita* (alto dinamismo, médio dinamismo e baixo dinamismo). Como resultado, o MI chegou às seguintes tipologias: alta renda e alto dinamismo; alta renda e médio dinamismo; alta renda e baixo dinamismo; média renda e alto dinamismo; média renda e médio dinamismo; média renda e baixo dinamismo; baixa renda e alto dinamismo; baixa renda e médio dinamismo; baixa renda e baixo dinamismo. De fato, como afirmou o ministro Hélder Barbalho, "o aumento de classificações proporciona maior assertividade, proximidade da realidade socioeconômica e qualidade na informação."[15]

Contudo, a Nota Técnica nº 52/CGMA/DPDR/SDR/MI, que apresenta a reclassificação, e a portaria ministerial não deixam claro quais serão as áreas elegíveis de ação prioritária da PNDR doravante. Supõe-se, no entanto, que as MRGs de alta renda – independentemente do dinamismo – não serão objeto da política, assim como fora definido pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Segundo a Nota Técnica nº 52,

> assumiu-se que sub-regiões neste patamar têm, necessariamente, acumulação social suficiente para se desenvolver, manter ou buscar melhor inserção produtiva no quadro nacional a médio e longo prazos quaisquer que sejam as tendências observadas nesta década ou no futuro (Brasil, 2017, p. 13).

Portanto, nada de novo em relação ao que anteriormente foi adotado e priorizado na PNDR.

15. Para mais detalhes, ver: <https://goo.gl/6y46pK>. Acesso: 8 mar. 2018.

Novidade é o entendimento subliminar (e não explicitamente descrito no texto) de que, entre as outras seis tipologias prioritárias na PNDR, as MGRs de baixa renda e baixo dinamismo seriam aquelas que merecem maior atenção, pois, ainda segundo a Nota Técnica nº 52,

> têm situações particularmente críticas quando apresentam variações do PIB *per capita* de níveis médio ou baixo. Ou seja, nesses espaços, o nível de acumulação social não tem sido capaz de maior, ou melhor, inserção produtiva em nível nacional, que possa, inclusive, melhorar os níveis de rendimento distribuídos à população residente (Brasil, 2017, p. 11).

Em relação ao segundo ponto, isto é, da divulgação da tipologia ao nível municipal, nada se fez senão replicar a classificação da MGR de origem, ou seja, todos os municípios dentro de uma dada microrregião foram classificados com a mesma tipologia.[16] Não se fez esforço operacional, já indicado neste texto e que apresentamos a seguir, de replicar a mesma metodologia para os municípios de forma a verificar se as classificações das MRGs não encobririam disparidades intramicrorregionais. Um exemplo abstrato: um determinado município em uma MRG de alta renda e alto dinamismo, portanto, área não prioritária de ação da PNDR, recebe a mesma classificação de sua microrregião de origem, ainda que apresente, individualmente, baixa renda e baixo dinamismo, merecedor, portanto, de um olhar específico do poder público.

Os autores deste texto fizeram ensaio da tipologia em nível municipal e o resultado revelou que 46,2% dos municípios do país, receberiam classificação diversa da microrregião a que pertencem, sendo que um terço deles se encontrariam em sub-regiões de alta renda, ficando, portanto fora do espectro da PNDR. Ainda que se admita que questões locais, próprias daqueles municípios, diferentemente de questões regionais, não se enquadrariam entre as prioridades da política, como pertinentemente observou o economista Ronaldo Vasconcelos, do Ipea, em reunião de avaliação deste texto conjuntamente com representantes do MI, a percepção da diferenciação intrarregional oferece um quadro mais próximo da realidade para fins de ação sobre o território em uma perspectiva multiescalar como a que se propõe a PNDR.

16. Exceção ao caso dos municípios da região Norte, em que se realizou a classificação para o nível dos municípios e não das MRGs, repetindo o adotado para esta região desde 2007.

Além dos motivos anteriormente apontados, já foi indicado neste estudo que o peso das capitais regionais, que são aqueles municípios que normalmente dão o nome a MRG, é maior e tende a influenciar mais os indicadores da PNDR. Esta situação foi apresentada em diversos trabalhos que trataram dos fundos constitucionais de financiamento, que atestaram que estes são importante instrumento para a desconcentração produtiva regional, mas, dada suas características, acabam por aprofundar a concentração intrarregional e intraestadual (Macedo e Mattos, 2007; Macedo e Coêlho, 2016; Macedo, Pires e Sampaio, 2017).

Essa observação parece importante porque a PNDR indica a rede urbana como escala relevante de atuação. Ou seja, conhecer as realidades sub-regionais, a partir da microrregião e sua estruturação de cidades (e das situações específicas de cada uma delas), torna mais profícua a ação sobre o território. Evidentemente que do ponto de vista metodológico e prático estas ações tornam-se mais complicadas e recolocam o problema da governança e da pactuação entre os municípios no cerne do problema da intervenção pública, além da questão levantada por Ronaldo Vasconcelos. É o caso, por exemplo, da localização de investimentos estruturantes, sejam para fins econômicos, sejam sociais, que, normalmente, por sua escala e pela abrangência dos beneficiários, não podem ser definidos difusamente. Parcerias municipais, consórcios, localização dos investimentos federais e estaduais etc. devem levar em consideração essas diferenças intramicrorregionais.

Enfim, como a miríade de situações é muito mais complexa quando se desagrega a escala de atuação, foi realizado, conforme indicado, exercício no qual se aplicou a metodologia da PNDR em nível municipal. O resultado foi um quadro muito mais complexo do que aquele apresentado pela nota técnica do MI, porque indica as diferenças internas a cada MRG.

Nesse exercício, como dito, observou-se que 2.570 municípios, ou 46,2% do total, receberiam outra classificação se estivessem em uma microrregião na qual todos os demais municípios apresentassem o mesmo desempenho econômico e populacional deles. Ou seja, eles se encontram em uma MRG que apresenta, na média, características distintas das suas, considerando os parâmetros utilizados na metodologia de classificação das tipologias da PNDR apresentados neste texto que é a mesma da nota técnica do MI.

Desse modo, mesmo que fosse adotada a classificação nas nove tipologias recentemente propostas pelo MI, a situação seria muito mais díspare do que a verificada pelo replicar da classificação da MRG para o município. Por esta razão, a afirmação do ministro Hélder Barbalho de que a "desagregação dos dois indicadores mostrou-se necessária, principalmente no caso de municípios que, ainda que dinâmicos em função de transferências governamentais que elevavam seu PIB, apresentavam um perfil socioeconômico de grande precariedade, sendo melhor classificado, sob um olhar mais realista" (Brasil, 2018), não corresponde à realidade pois a tipologia por município apresentada na Portaria não fez esse exercício de diferenciação intramicrorregional.

Conforme observou os autores, 968 municípios encontram-se em microrregiões classificadas como alta renda, ou seja, naquelas que não são priorizadas pela PNDR, mesmo estando esses municípios em situação de baixa renda, dinâmica ou estagnadas. Nesta última situação (estagnadas), encontram-se 644 municípios (ou 11,6% do total dos municípios brasileiros em 2010) que ficaram de fora das áreas elegíveis por estarem localizados em microrregiões de alta renda. A situação é particularmente mais delicada para 555 dos 644 municípios estagnados que se localizam em MRG de alta renda das regiões Sul e Sudeste, afinal os demais 99 que se encontram no Norte (dez deste total), no Nordeste (26) e no Centro-Oeste (53) contam com os fundos regionais de desenvolvimento e com os fundos constitucionais para suas respectivas regiões.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Banco do Nordeste, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nota Técnica nº 52**. Brasília: CGMA/DRS/SDR/MI, 2017.

_____. Ministério da Integração Nacional. Assessoria de Comunicação. **Ministério atualiza classificação de municípios para as políticas de desenvolvimento**. Brasília: MI, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/FjAkCx>. Acesso em: 8 mar. 2018.

COÊLHO, V. L. P. **A esfinge e o faraó**: a política regional do governo Lula (2003-2010). 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade de Campinas, Campinas, 2014.

_____. A política regional do governo Lula (2003-2010). *In*: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 65-95.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

GORESNTEIN, S. Da região ao território: uma análise estilizada sobre abordagens, debates e novos desafios do desenvolvimento urbano-regional. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 22-38, jan./jun. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Série Relatórios Metodológicos, v. 29). Disponível em: <https://goo.gl/QXA285>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/B94rb3>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Nota metodológica da série do PIB dos municípios – referência 2010**. Rio de Janeiro: IBGE/DPE/CONAC, set. 2015a. Disponível em: <https://goo.gl/3mMq3H>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. **Nota metodológica da série retropolada (2002-2009)**: PIB dos Municípios – Referência 2010. Rio de Janeiro: IBGE/DPE/CONAC, set. 2015b. Disponível em: <https://goo.gl/8ysGtD>. Acesso em: 26 abr. 2017.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010a.

_____. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. **REDES**: Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 15, p. 89-114, 2010b.

MACEDO, F. C.; COÊLHO, V. L. P. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e os fundos constitucionais de financiamento. *In*: ETGES, V. E.; CADONÁ, M. A. (Orgs.). **Globalização em tempos de regionalização**: repercussões no território. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2016. v. 1. p. 318-346.

MACEDO, F. C.; MATTOS, E. N. Avaliação do FNE no desenvolvimento regional baiano no pós-real. **Bahia Análise & Dados**, n. 16, p. 621-633, 2007.

MACEDO, F. C.; MORAIS, J. M. L. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional. **Informe Gepec**, Cascavel, v. 15, p. 82-98, 2011.

MACEDO, F.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. 25 anos de fundos constitucionais de financiamento no Brasil: avanços e desafios à luz da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **EURE**, Santiago, v. 43, n. 129, p. 257-277, maio 2017.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: OSORIO, J. *et. al*. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In*: OSORIO, J. *et. al*. **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-133.

ROCHA NETO, J. M; ALVES, A. A. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 311-338, jul.-dez. 2014.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J. S. G.; FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M. **Mudança estrutural e produtividade industrial**. São Paulo: IEDI, 2007. 16 p.

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? *In*: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. B. (Orgs.). **A Federação em perspectiva**. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 125-194.

ARROYO, M. **Território brasileiro e mercado externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARUTO, P. C. **Formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho**: uma abordagem metodológica. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

BECKER, B. Logística e nova configuração do território: que geopolítica será possível? *In*: DINIZ, C. C. (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional**: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil. Brasília: Editora da UNB, 2007. p. 267-299.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

_____. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. *In*: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007b. p. 39-61. v. 1.

_____. Estratégias concertadas de desenvolvimento regional: os novos desafios da análise e da ação. *In*: HANSEN, D. L., MELO, R. L. **Desenvolvimento regional e local**: novas e velhas questões. São Cristovão: Editora da UFS, 2007c. p. 155-197.

_____. **Produto 2 – as ausências e elos faltantes das análises regionais e a proposição de uma agenda de pesquisas de longo prazo**. Projeto Estruturador: Desenvolvimento Regional no Brasil: formulação de agenda e proposição de políticas territoriais. Brasília, Ipea, jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Sumário Executivo. Brasília: SDR/MI, 2003. 32 p. Disponível em: <https://goo.gl/LLfGp9>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/4FLzqu>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1., Documento de Referência. Brasília: SDR/MI, 2012. 77p. Disponível em: <https://goo.gl/uhpv7m>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional. **A PNDR** em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós-2010. Brasília, MI/SDR, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/TmxR5m>. Acesso em: 17 set. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 47-71, 2008.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2008, 294 p.

_____. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 831-851, número especial, dez. 2012.

CARNEIRO, R. **Globalização e integração periférica**. Campinas, nov. 2007. 55 p. (Texto para Discussão, n. 126). Disponível em: <https://goo.gl/orYjri>.

_____. **Impasses do desenvolvimento brasileiro**: a questão produtiva. Campinas, nov. 2008. 55 p. (Texto para Discussão, n. 153).

CARDOZO, S. A. **Guerra Fiscal no Brasil e alterações nas estruturas produtivas estaduais nos anos 1990**. 2010. 315f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

CASTILHO, F. R. C. **Alterações do ICMS, guerras fiscal, competição tributária e melhora no ambiente de negócios no Brasil**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

CRUZ, B. O. Dinâmica recente dos PIBs *per capita* regionais: quanto tempo para chegar em 75% do PIB *per capita* nacional? **Boletim Regional e Urbano**, Brasília, Ipea, v. 9, p. 83-92, jan./jun. 2014.

DINIZ, C. C. A busca de um projeto de nação e o papel do território e das políticas regional e urbana. **Economia – Revista da ANPEC**, Brasília, ANPEC, v. 7, n. 4, p. 1- 18, dez. 2006.

FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. *In*: ENCONTRO DA ABEP, 1., 1978. **Anais**... Campos do Jordão, p. 89-110, 1978.

FURTADO, C. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959a.

_____. Orientação da economia do Nordeste. *In*: SEMINÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 2., 1959. **Anais**... p. 185-196. Garanhuns: CNI (Desenvolvimento & Conjuntura), 1959a.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980 [1959].

GORI, A. **Espacialização de classes no Brasil**: uma nova dimensão para a análise da estrutura social. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Unicamp, 2005.

HOFFMAN, R. **Distribuição da renda no Brasil em 1999**. Disponível em: <https://goo.gl/SXURyJ>. Acesso em: 25 abr. 2017.

GTDN – GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: GTDN, Ministério do Interior/Sudene, 1997.

HARVEY, D. **Limits to capital**. Oxford, 1982.

ISARD, W. **Location and space-economy**: a general theory relating to industrial location, market areas, land use, trade, and urban structure. Imprenta New York, NY; London: John Wiley: Chapman and Hall, 1956.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo, Nobel, 1988 [1977].

MACEDO, F. C. Diagnóstico da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). **Relatório de Pesquisa** (Projeto de Cooperação para Descentralização de Crédito Ipea/MI nº 31/2013). Brasília: Ipea, 2015a. 162 p.

_____. Economia, transformações territoriais e infraestrutura no Brasil. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, v. 1, p. 43-52, 2015b.

_____. A questão regional nas constituições brasileiras e o papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento. *In*: SANTANA, J. R. de; HANSEN, D. L. (Orgs.). **Planejamento e estratégias para o desenvolvimento**: a agenda econômica de Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2014. p. 43-61.

MACEDO, F. C.; ANGELIS, A. Guerra fiscal dos portos e desenvolvimento regional no Brasil. **Revista REDES**, v. 18, n. 1, p. 185-212, 2013.

MONTEIRO NETO, A. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. **Boletim Regional e Urbano**, Brasília, Ipea, v. 9, p. 97-81, jan./jun. 2014.

_____. **Desenvolvimento regional em crise**: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção estatal no Brasil dos anos 90. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. **Fluxos de renda fiscal versus fluxos de renda via comércio**: o que há de novo na direção e magnitude da ação redistributiva do governo federal? Brasília: Ipea, 2006. 53p. (Texto para Discussão, n. 1230).

OLIVEIRA, F. A metamorfose do arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão do Nordeste. *In*: OLIVEIRA, F. **Os direitos do anti-valor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 79-120.

OLIVEIRA, M. M. **Avaliação da política nacional de desenvolvimento regional**. Brasília: SDR/Ministério da Integração Nacional, 211. 296 p. Disponível em: <https://goo.gl/pD-jxB9>. Acesso em: 27 abr. 2017.

PACHECO, C. A. **A fragmentação da Nação**. Campinas: Unicamp, 1998. 291p.

PRADO, S.; CAVALCANTI, C. E. **A guerra fiscal no Brasil.** São Paulo: Fundap/FAPESP; Brasília: Ipea, 2000. 146 p.

POCHMANN, M. *et al.* (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**: os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.

REZENDE, F. (Org.). **O federalismo brasileiro em seu labirinto**: crise e necessidade de reformas. São Paulo: Editora da FGV, 2013.

RESENDE, G. M. *et al*. **Fatos recentes do desenvolvimento regional no Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2054).

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

SAMPAIO, D. P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.

SAMPAIO, D. P.; MACEDO, F. C. Desindustrialização e impactos regionais no Brasil: uma análise preliminar. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, v. 1, p. 49-57, 2014.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguages de valorización em América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, Venezuela, n. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013.

SQUEFF, G. **Desindustrialização**: luzes e sombras no debate brasileiro. Brasília: Ipea, 2012. 56 p. (Texto para Discussão, n. 1747).

SMOLKA, M. O. O espaço do espaço na teoria econômica. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, Ipea, v. 5, n. 6, p. 705-728, nov./dez. 1983.

VIEIRA, D. J. **Um estudo sobre a guerra fiscal no Brasil**. 2012. 218f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ANEXO A

1 PROCEDIMENTO PARA O CÁLCULO DAS VARIÁVEIS

1.1 Taxa de crescimento geométrico do PIB *per capita* das microrregiões

1º passo – Base de dados

Foram coletados os dados do produto interno bruto (PIB) dos municípios, ano de referência 2010, a preços correntes, para o período 2002-2014, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período 2002-2009, a série é retropolada com base na metodologia de 2010, e, no período 2010-2014, a série é estimada (conforme nota metodológica do IBGE). As informações consistem no valor adicionado bruto total (PIB a preços básicos) e por setores econômicos (agropecuária, indústria, serviços – exclusive administração pública – e administração pública) em nível municipal. Com a obtenção de toda a série em uma mesma metodologia, a base de comparação é mais segura. Em seguida, os dados foram agrupados no nível microrregional.

2º passo – Construção do deflator

Para cálculo da taxa de crescimento, utilizou-se como deflator da série nominal, os deflatores implícitos setoriais (índices de preços) por Unidades da Federação (UFs), divulgados nas Contas Regionais do IBGE. Uma vez que o IBGE tinha disponibilizado os índices de preços ao nível total e/ou por atividades econômicas, buscou-se agrupar as informações por setores. Deste modo, o deflator de cada setor foi dado pela divisão entre as somas dos valores adicionados de cada atividade pertencente ao setor a preços correntes e a preços do ano anterior, em cada ano. Este procedimento foi adotado para os casos da indústria e dos serviços (exclusive administração pública). Para o caso da agropecuária e da administração pública, os índices já estavam disponíveis.

3º passo – Ajuste da base

Em seguida, com os índices anuais, adotou-se procedimento estatístico para que todos os VABs estivessem a preços de 2010. (Como? Constrói-se número-índice de cada setor

por UF, depois divide-se o VAB setorial corrente pelo número-índice correspondente. Daí, o novo VAB Total será dado pela soma dos VABs setoriais ajustados).

4º passo – População

Para cálculo do PIB *per capita*, optou-se por utilizar a média geométrica da população nos anos escolhidos. Deste modo, levantou-se a média aritmética da estimativa da população municipal nos períodos 2002-2004 e 2012-2014. Aqui os dados também foram agregados no nível microrregional.

5º passo – Cálculo da taxa de crescimento

Com a base de dados preparada e os valores ajustados a preços constantes, calculou-se a média aritmética dos PIBs microrregionais dos triênios de 2002-2004 e 2012-2014, para eliminar da análise a influência de efeitos espúrios ou sazonais sobre a dinâmica econômica das regiões. O PIB *per capita* foi obtido com a divisão das médias dos PIBs com a média da população (passo anterior). Por fim, calculou-se a taxa de crescimento geométrico anual do PIB *per capita* entre os dois períodos.

1.2 Rendimento monetário domiciliar mensal por habitante

1º passo – Base de dados

Os dados foram obtidos a partir das informações do Censo Demográfico 2010. De acordo com o IBGE, o *rendimento nominal mensal domiciliar* consiste na soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os menores de 10 anos de idade, ou não considerados residentes (por exemplo, pensionistas etc.). Portanto, o valor total dos rendimentos por município refere-se à soma de todos os rendimentos recebidos em três quesitos: *i)* rendimento no trabalho principal; *ii)* rendimento nos demais trabalhos; *iii)* rendimento oriundo de outras fontes (aposentadorias e pensões, Programa Bolsa Família (PBF), Benefícios de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), outros programas sociais e transferências de renda, previdência privada, aluguel, juros de poupança e outras aplicações financeiras etc.). Os dados municipais foram agrupados por microrregiões.

2º passo – Paridade do poder de compra

Ainda seguindo a metodologia proposta na fase anterior da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), buscou-se aplicar uma referência de paridade de poder de compra aos dados de rendimento domiciliar médio. Para tanto, utilizou-se o valor médio das cestas básicas de dezessete capitais estaduais, estimado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), para o ano de 2010. Adotou-se como referência o valor da menor cesta (Aracaju-SE), de modo que os valores corrigidos dos rendimentos monetários médios mensais consistem na divisão do valor da renda nominal pela relação entre o valor da cesta básica da UF e o menor valor entre as cestas no conjunto investigado. Para as UFs que não apresentaram valor das cestas básicas, adotou-se o valor do estado mais próximo,[17] física ou funcionalmente.

TABELA A.1
Valores das cestas médias e os índices utilizados (2010)

Capital	Valor médio 2010 (R$)	Índice de cesta básica	Capital	Valor médio 2010 (R$)	Índice de cesta básica
Aracaju	177,86	100,00	Manaus	234,93	132,09
Belém	216,13	121,52	Natal	204,84	115,17
Belo Horizonte	225,73	126,92	Palmas[1]	215,53	121,19
Boa Vista[1]	234,93	132,09	Porto Alegre	248,11	139,50
Brasília	226,25	127,21	Porto Velho[1]	234,93	132,09
Campo Grande[1]	247,90	139,38	Recife	198,93	111,85
Cuiabá[1]	247,90	139,38	Rio Branco[1]	234,93	132,09
Curitiba	226,93	127,59	Rio de Janeiro	229,76	129,18
Florianópolis	228,58	128,52	Salvador	204,13	114,77
Fortaleza	187,03	105,16	São Luís[1]	216,13	121,52
Goiânia	215,53	121,19	São Paulo	247,90	139,38
João Pessoa	189,60	106,60	Teresina[1]	187,03	105,16
Macapá[1]	216,13	121,52	Vitória	231,48	130,15
Maceió[1]	198,93	111,85			

Fonte: DIEESE.
Elaboração dos autores.
Nota:[1] Valores arbitrados.

17. No caso dos valores referentes aos estados que o DIEESE não disponibiliza os dados, utilizaram-se valores de outros estados, escolhidos pela proximidade, conforme metodologia praticada na elaboração da PNDR. Desta forma, os valores da cesta de Belém foram atribuídos a São Luís, no Maranhão, e a Macapá, no Amapá. Da cesta de Manaus, a Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista. Para Campo Grande e Cuiabá, a cesta de São Paulo. Para Palmas, a cesta de Goiânia. Maceió, a de Recife. Teresina, a de Fortaleza.

3º passo – Ajuste dos dados

Em posse do valor total dos rendimentos recebidos por microrregiões (MRGs), os valores foram ajustados pelo índice de cesta básica correspondente a cada UF, conforme discutido no passo anterior. Adicionalmente, foi imputado para cada unidade territorial a cota-parte no total do valor ajustado, mantendo-se como referência o total nominal dos rendimentos recebidos no país. O valor do rendimento corrigido de cada unidade é, portanto, a multiplicação do valor total dos rendimentos recebidos no país pela cota-parte de cada MRG no total ajustado. Por fim, o valor do rendimento monetário domiciliar médio por habitante foi obtido pela divisão entre o valor corrigido e a população da microrregião no censo de 2010.[18]

Na tabela A.2, verifica-se que o rendimento monetário domiciliar médio por habitante, em 2010, para o Brasil é de R$ 547,09, e que a média da taxa de variação do PIB *per capita*, no período analisado, é de 2,56% a.a. Os dados correspondem à média das MRGs investigadas. A tabela A.2 também apresenta as principais estatísticas descritivas dos indicadores utilizados, com destaque em negrito para os limites inferior e superior de cada variável.

TABELA A.2
Estatística descritiva das variáveis utilizadas

	Renda *per capita* corrigida	Taxa de crescimento do PIB municipal *per capita*
Média	547,09	2,56
Mediana	542,13	2,45
Primeiro quartil [1]	340,14	1,59
Terceiro quartil [2]	708,06	3,34
Desvio-padrão	225,80	2,25
Curtose	0,46	28,00
Assimetria	0,63	2,84
Mínimo	160,04	-6,96
Máximo	1.672,24	26,60
Número de MRG	557	557

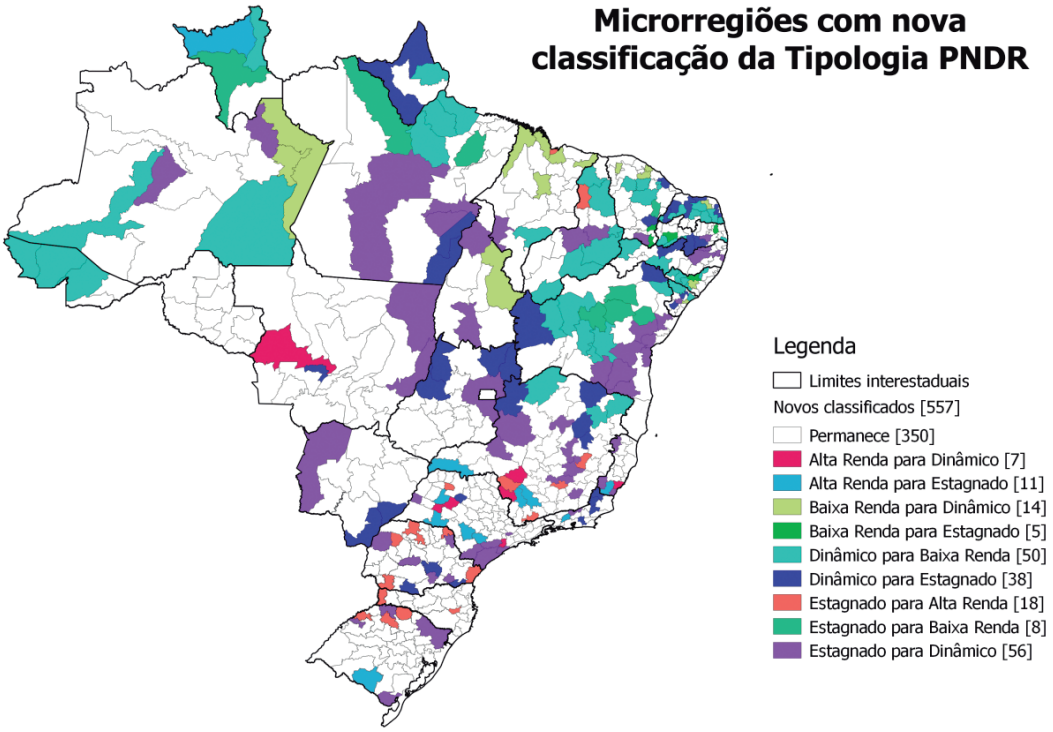
Elaboração dos autores.
Notas: [1] Limite inferior de cada variável.
[2] Limite superior de cada variável.

18. Os procedimentos adotados para essa variável reproduzem, exatamente, os que foram adotados quando da elaboração da PNDR, de forma que, aplicando-se os mesmos passos para o ano de 2000, chega-se aos mesmos resultados obtidos quando da elaboração da pesquisa.

A análise de distribuição dos parâmetros utilizada foi feita em quartis, sendo que o primeiro e o terceiro quartil foram desdobrados em dois estratos que correspondem, respectivamente, a 5% e a 20% das observações, possibilitando-se distinguir os valores extremos e permitindo uma melhor visualização em cartogramas. Formam-se, com isto, sextis, cuja mediana dos dados separa os três estratos de cima e os três de baixo.

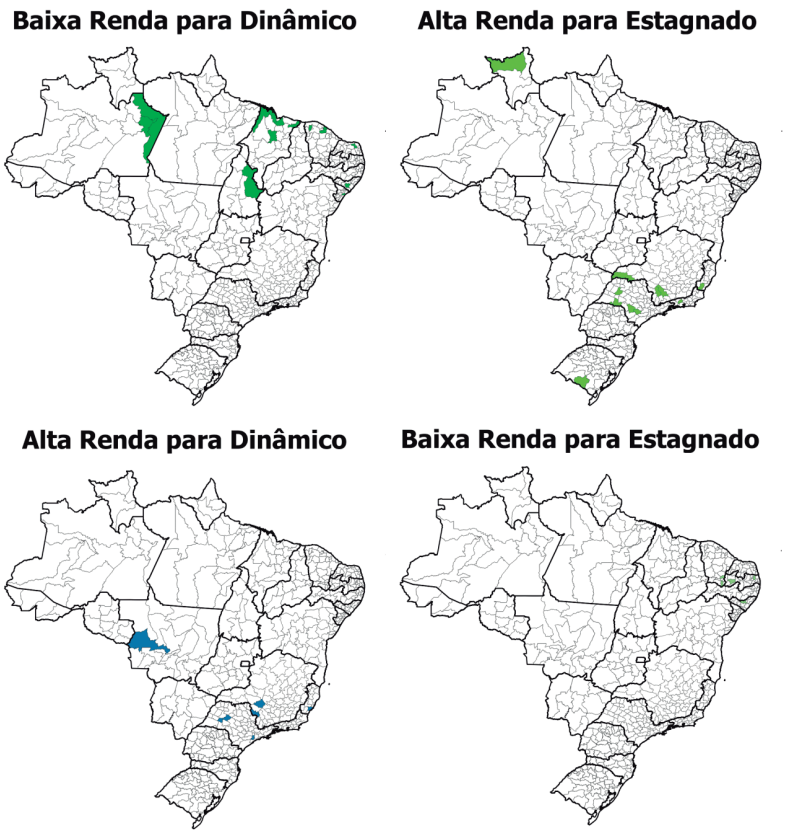
ANEXO B

CARTOGRAMA B.1
Mudanças de classificação nas tipologias da PNDR



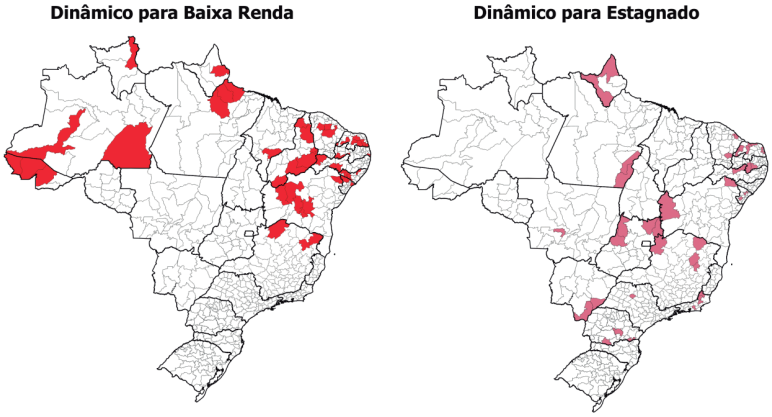
CARTOGRAMA B.2

Microrregiões que passaram de alta ou baixa rendas para dinâmicas ou estagnadas



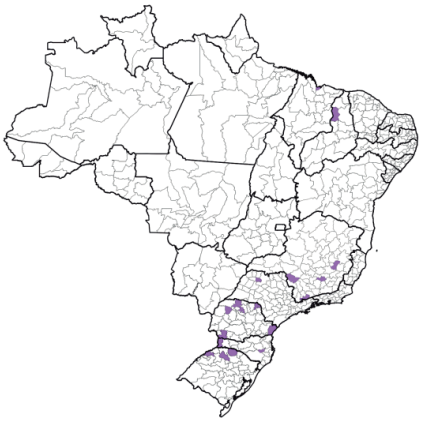
CARTOGRAMA B.3

Microrregiões que passaram de dinâmicas para baixa renda ou estagnadas

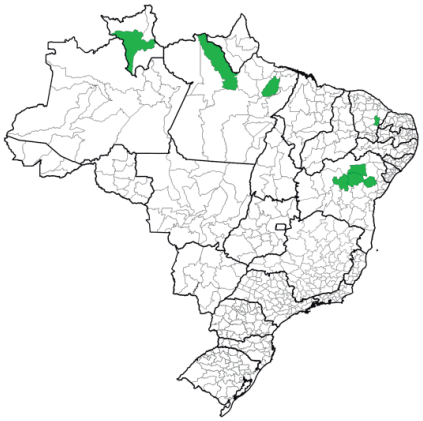


CARTOGRAMA B.4

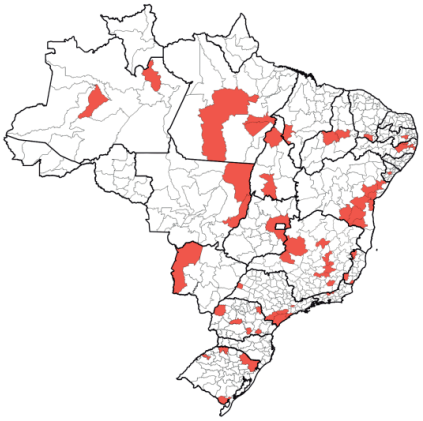
Microrregiões que passaram de estagnadas para alta renda, baixa renda ou dinâmicas



Estagnado para Alta Renda



Estagnado para Baixa Renda



Estagnado para Dinâmico

ANEXO C

QUADRO C.1
Classificação das microrregiões, segundo tipologia da PNDR – Brasil (2006 e 2017)

Código	Microrregião	2006	2017
11001	Porto Velho	Alta renda	Alta renda
11002	Guajará-Mirim	Estagnada	Estagnada
11003	Ariquemes	Estagnada	Estagnada
11004	Ji-Paraná	Estagnada	Estagnada
11005	Alvorada D'Oeste	Dinâmica	Dinâmica
11006	Cacoal	Estagnada	Estagnada
11007	Vilhena	Estagnada	Estagnada
11008	Colorado do Oeste	Dinâmica	Dinâmica
12001	Cruzeiro do Sul	Dinâmica	Baixa renda
12002	Tarauacá	Dinâmica	Baixa renda
12003	Sena Madureira	Dinâmica	Baixa renda
12004	Rio Branco	Estagnada	Estagnada
12005	Brasiléia	Estagnada	Estagnada
13001	Rio Negro	Baixa renda	Baixa renda
13002	Japurá	Dinâmica	Dinâmica
13003	Alto Solimões	Baixa renda	Baixa renda
13004	Juruá	Dinâmica	Baixa renda
13005	Tefé	Estagnada	Dinâmica
13006	Coari	Dinâmica	Dinâmica
13007	Manaus	Estagnada	Estagnada
13008	Rio Preto da Eva	Estagnada	Dinâmica
13009	Itacoatiara	Baixa renda	Dinâmica
13010	Parintins	Baixa renda	Dinâmica
13011	Boca do Acre	Baixa renda	Baixa renda
13012	Purus	Dinâmica	Dinâmica
13013	Madeira	Dinâmica	Baixa renda
14001	Boa Vista	Alta renda	Estagnada
14002	Nordeste de Roraima	Dinâmica	Baixa renda
14003	Caracaraí	Estagnada	Baixa renda
14004	Sudeste de Roraima	Dinâmica	Dinâmica
15001	Óbidos	Baixa renda	Baixa renda
15002	Santarém	Estagnada	Estagnada
15003	Almeirim	Estagnada	Baixa renda
15004	Portel	Dinâmica	Baixa renda
15005	Furos de Breves	Dinâmica	Baixa renda

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
15006	Arari	Dinâmica	Baixa renda
15007	Belém	Alta renda	Alta renda
15008	Castanhal	Estagnada	Estagnada
15009	Salgado	Baixa renda	Baixa renda
15010	Bragantina	Baixa renda	Baixa renda
15011	Cametá	Baixa renda	Baixa renda
15012	Tomé-Açu	Estagnada	Baixa renda
15013	Guamá	Baixa renda	Baixa renda
15014	Itaituba	Estagnada	Estagnada
15015	Altamira	Estagnada	Dinâmica
15016	Tucuruí	Estagnada	Estagnada
15017	Paragominas	Estagnada	Estagnada
15018	São Félix do Xingu	Estagnada	Estagnada
15019	Parauapebas	Estagnada	Dinâmica
15020	Marabá	Estagnada	Dinâmica
15021	Redenção	Dinâmica	Estagnada
15022	Conceição do Araguaia	Dinâmica	Estagnada
16001	Oiapoque	Dinâmica	Estagnada
16002	Amapá	Dinâmica	Baixa renda
16003	Macapá	Estagnada	Estagnada
16004	Mazagão	Dinâmica	Estagnada
17001	Bico do Papagaio	Baixa renda	Baixa renda
17002	Araguaína	Estagnada	Dinâmica
17003	Miracema do Tocantins	Estagnada	Estagnada
17004	Rio Formoso	Estagnada	Estagnada
17005	Gurupi	Estagnada	Dinâmica
17006	Porto Nacional	Alta renda	Alta renda
17007	Jalapão	Baixa renda	Dinâmica
17008	Dianópolis	Dinâmica	Dinâmica
21001	Litoral Ocidental Maranhense	Baixa renda	Dinâmica
21002	Aglomeração Urbana de São Luís	Estagnada	Alta renda
21003	Rosário	Baixa renda	Dinâmica
21004	Lençóis Maranhenses	Baixa renda	Baixa renda
21005	Baixada Maranhense	Baixa renda	Baixa renda
21006	Itapecuru Mirim	Baixa renda	Baixa renda
21007	Gurupi	Baixa renda	Dinâmica
21008	Pindaré	Baixa renda	Baixa renda
21009	Imperatriz	Estagnada	Estagnada
21010	Médio Mearim	Baixa renda	Dinâmica
21011	Alto Mearim e Grajaú	Baixa renda	Baixa renda
21012	Presidente Dutra	Baixa renda	Baixa renda

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
21013	Baixo Parnaíba Maranhense	Baixa renda	Dinâmica
21014	Chapadinha	Baixa renda	Baixa renda
21015	Codó	Baixa renda	Baixa renda
21016	Coelho Neto	Baixa renda	Baixa renda
21017	Caxias	Baixa renda	Baixa renda
21018	Chapadas do Alto Itapecuru	Baixa renda	Baixa renda
21019	Porto Franco	Estagnada	Dinâmica
21020	Gerais de Balsas	Dinâmica	Dinâmica
21021	Chapadas das Mangabeiras	Dinâmica	Baixa renda
22001	Baixo Parnaíba Piauiense	Dinâmica	Baixa renda
22002	Litoral Piauiense	Estagnada	Estagnada
22003	Teresina	Estagnada	Alta renda
22004	Campo Maior	Dinâmica	Baixa renda
22005	Médio Parnaíba Piauiense	Baixa renda	Baixa renda
22006	Valença do Piauí	Baixa renda	Baixa renda
22007	Alto Parnaíba Piauiense	Dinâmica	Dinâmica
22008	Bertolínia	Dinâmica	Dinâmica
22009	Floriano	Estagnada	Dinâmica
22010	Alto Médio Gurguéia	Dinâmica	Dinâmica
22011	São Raimundo Nonato	Dinâmica	Baixa renda
22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	Dinâmica	Baixa renda
22013	Picos	Estagnada	Dinâmica
22014	Pio IX	Dinâmica	Baixa renda
22015	Alto Médio Canindé	Dinâmica	Baixa renda
23001	Litoral de Camocim e Acaraú	Baixa renda	Baixa renda
23002	Ibiapaba	Baixa renda	Baixa renda
23003	Coreaú	Baixa renda	Dinâmica
23004	Meruoca	Baixa renda	Baixa renda
23005	Sobral	Estagnada	Estagnada
23006	Ipu	Baixa renda	Baixa renda
23007	Santa Quitéria	Dinâmica	Baixa renda
23008	Itapipoca	Baixa renda	Baixa renda
23009	Baixo Curu	Baixa renda	Dinâmica
23010	Uruburetama	Baixa renda	Baixa renda
23011	Médio Curu	Baixa renda	Dinâmica
23012	Canindé	Dinâmica	Baixa renda
23013	Baturité	Baixa renda	Baixa renda
23014	Chorozinho	Dinâmica	Baixa renda
23015	Cascavel	Dinâmica	Estagnada
23016	Fortaleza	Alta renda	Alta renda
23017	Pacajus	Dinâmica	Estagnada

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
23018	Sertão de Cratéus	Baixa renda	Baixa renda
23019	Sertão de Quixeramobim	Dinâmica	Baixa renda
23020	Sertão de Inhamuns	Baixa renda	Baixa renda
23021	Sertão de Senador Pompeu	Baixa renda	Baixa renda
23022	Litoral de Aracati	Estagnada	Estagnada
23023	Baixo Jaguaribe	Estagnada	Estagnada
23024	Médio Jaguaribe	Estagnada	Baixa renda
23025	Serra do Pereiro	Baixa renda	Baixa renda
23026	Iguatu	Dinâmica	Estagnada
23027	Várzea Alegre	Baixa renda	Baixa renda
23028	Lavras da Mangabeira	Baixa renda	Estagnada
23029	Chapada do Araripe	Baixa renda	Baixa renda
23030	Caririaçu	Baixa renda	Baixa renda
23031	Barro	Baixa renda	Baixa renda
23032	Cariri	Estagnada	Dinâmica
23033	Brejo Santo	Baixa renda	Estagnada
24001	Mossoró	Estagnada	Estagnada
24002	Chapada do Apodi	Dinâmica	Estagnada
24003	Médio Oeste	Dinâmica	Baixa renda
24004	Vale do Açu	Dinâmica	Estagnada
24005	Serra de São Miguel	Dinâmica	Baixa renda
24006	Pau dos Ferros	Dinâmica	Estagnada
24007	Umarizal	Dinâmica	Baixa renda
24008	Macau	Dinâmica	Estagnada
24009	Angicos	Dinâmica	Baixa renda
24010	Serra de Santana	Dinâmica	Baixa renda
24011	Seridó Ocidental	Estagnada	Estagnada
24012	Seridó Oriental	Dinâmica	Dinâmica
24013	Baixa Verde	Baixa renda	Dinâmica
24014	Borborema Potiguar	Dinâmica	Baixa renda
24015	Agreste Potiguar	Dinâmica	Baixa renda
24016	Litoral Nordeste	Baixa renda	Baixa renda
24017	Macaíba	Dinâmica	Estagnada
24018	Natal	Alta renda	Alta renda
24019	Litoral Sul	Dinâmica	Baixa renda
25001	Catolé do Rocha	Estagnada	Estagnada
25002	Cajazeiras	Estagnada	Estagnada
25003	Sousa	Estagnada	Estagnada
25004	Patos	Dinâmica	Dinâmica
25005	Piancó	Baixa renda	Estagnada
25006	Itaporanga	Dinâmica	Baixa renda

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
25007	Serra do Teixeira	Dinâmica	Baixa renda
25008	Seridó Ocidental Paraibano	Estagnada	Estagnada
25009	Seridó Oriental Paraibano	Baixa renda	Baixa renda
25010	Cariri Ocidental	Dinâmica	Estagnada
25011	Cariri Oriental	Dinâmica	Estagnada
25012	Curimataú Ocidental	Baixa renda	Baixa renda
25013	Curimataú Oriental	Baixa renda	Baixa renda
25014	Esperança	Estagnada	Estagnada
25015	Brejo Paraibano	Baixa renda	Baixa renda
25016	Guarabira	Baixa renda	Estagnada
25017	Campina Grande	Estagnada	Dinâmica
25018	Itabaiana	Baixa renda	Baixa renda
25019	Umbuzeiro	Baixa renda	Baixa renda
25020	Litoral Norte	Baixa renda	Baixa renda
25021	Sapé	Baixa renda	Baixa renda
25022	João Pessoa	Alta renda	Alta renda
25023	Litoral Sul	Dinâmica	Baixa renda
26001	Araripina	Dinâmica	Baixa renda
26002	Salgueiro	Dinâmica	Dinâmica
26003	Pajeú	Dinâmica	Estagnada
26004	Sertão do Moxotó	Estagnada	Estagnada
26005	Petrolina	Estagnada	Estagnada
26006	Itaparica	Dinâmica	Baixa renda
26007	Vale do Ipanema	Baixa renda	Baixa renda
26008	Vale do Ipojuca	Estagnada	Dinâmica
26009	Alto Capibaribe	Estagnada	Dinâmica
26010	Médio Capibaribe	Baixa renda	Baixa renda
26011	Garanhuns	Estagnada	Estagnada
26012	Brejo Pernambucano	Baixa renda	Baixa renda
26013	Mata Setentrional Pernambucana	Estagnada	Estagnada
26014	Vitória de Santo Antão	Estagnada	Dinâmica
26015	Mata Meridional Pernambucana	Baixa renda	Baixa renda
26016	Itamaracá	Estagnada	Estagnada
26017	Recife	Alta renda	Alta renda
26018	Suape	Estagnada	Dinâmica
27001	Serrana do Sertão Alagoano	Dinâmica	Baixa renda
27002	Alagoana do Sertão do São Francisco	Baixa renda	Baixa renda
27003	Santana do Ipanema	Dinâmica	Baixa renda
27004	Batalha	Dinâmica	Baixa renda
27005	Palmeira dos Índios	Baixa renda	Estagnada
27006	Arapiraca	Baixa renda	Dinâmica

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
27007	Traipu	Dinâmica	Baixa renda
27008	Serrana dos Quilombos	Dinâmica	Baixa renda
27009	Mata Alagoana	Baixa renda	Baixa renda
27010	Litoral Norte Alagoano	Baixa renda	Baixa renda
27011	Maceió	Alta renda	Alta renda
27012	São Miguel dos Campos	Baixa renda	Baixa renda
27013	Penedo	Baixa renda	Baixa renda
28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	Dinâmica	Baixa renda
28002	Carira	Dinâmica	Dinâmica
28003	Nossa Senhora das Dores	Dinâmica	Estagnada
28004	Agreste de Itabaiana	Estagnada	Dinâmica
28005	Tobias Barreto	Dinâmica	Dinâmica
28006	Agreste de Lagarto	Dinâmica	Estagnada
28007	Propriá	Estagnada	Estagnada
28008	Cotinguiba	Dinâmica	Dinâmica
28009	Japaratuba	Dinâmica	Baixa renda
28010	Baixo Cotinguiba	Baixa renda	Dinâmica
28011	Aracaju	Alta renda	Alta renda
28012	Boquim	Baixa renda	Baixa renda
28013	Estância	Dinâmica	Dinâmica
29001	Barreiras	Dinâmica	Estagnada
29002	Cotegipe	Dinâmica	Baixa renda
29003	Santa Maria da Vitória	Dinâmica	Dinâmica
29004	Juazeiro	Estagnada	Estagnada
29005	Paulo Afonso	Dinâmica	Estagnada
29006	Barra	Dinâmica	Baixa renda
29007	Bom Jesus da Lapa	Baixa renda	Baixa renda
29008	Senhor do Bonfim	Estagnada	Baixa renda
29009	Irecê	Estagnada	Baixa renda
29010	Jacobina	Estagnada	Baixa renda
29011	Itaberaba	Baixa renda	Baixa renda
29012	Feira de Santana	Estagnada	Dinâmica
29013	Jeremoabo	Dinâmica	Baixa renda
29014	Euclides da Cunha	Baixa renda	Baixa renda
29015	Ribeira do Pombal	Baixa renda	Baixa renda
29016	Serrinha	Estagnada	Baixa renda
29017	Alagoinhas	Estagnada	Dinâmica
29018	Entre Rios	Baixa renda	Baixa renda
29019	Catu	Estagnada	Estagnada
29020	Santo Antônio de Jesus	Estagnada	Dinâmica
29021	Salvador	Alta renda	Alta renda

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
29022	Boquira	Dinâmica	Baixa renda
29023	Seabra	Dinâmica	Baixa renda
29024	Jequié	Estagnada	Dinâmica
29025	Livramento do Brumado	Dinâmica	Baixa renda
29026	Guanambi	Estagnada	Estagnada
29027	Brumado	Estagnada	Dinâmica
29028	Vitória da Conquista	Estagnada	Dinâmica
29029	Itapetinga	Estagnada	Dinâmica
29030	Valença	Estagnada	Dinâmica
29031	Ilhéus-Itabuna	Estagnada	Estagnada
29032	Porto Seguro	Estagnada	Estagnada
31001	Unaí	Dinâmica	Estagnada
31002	Paracatu	Estagnada	Dinâmica
31003	Januária	Dinâmica	Baixa renda
31004	Janaúba	Dinâmica	Dinâmica
31005	Salinas	Dinâmica	Estagnada
31006	Pirapora	Estagnada	Estagnada
31007	Montes Claros	Estagnada	Estagnada
31008	Grão Mogol	Dinâmica	Dinâmica
31009	Bocaiúva	Estagnada	Dinâmica
31010	Diamantina	Estagnada	Estagnada
31011	Capelinha	Dinâmica	Estagnada
31012	Araçuaí	Dinâmica	Baixa renda
31013	Pedra Azul	Baixa renda	Baixa renda
31014	Almenara	Dinâmica	Baixa renda
31015	Teófilo Otoni	Estagnada	Estagnada
31016	Nanuque	Estagnada	Estagnada
31017	Ituiutaba	Alta renda	Alta renda
31018	Uberlândia	Alta renda	Alta renda
31019	Patrocínio	Estagnada	Dinâmica
31020	Patos de Minas	Alta renda	Alta renda
31021	Frutal	Alta renda	Estagnada
31022	Uberaba	Alta renda	Alta renda
31023	Araxá	Alta renda	Alta renda
31024	Três Marias	Estagnada	Estagnada
31025	Curvelo	Estagnada	Estagnada
31026	Bom Despacho	Estagnada	Estagnada
31027	Sete Lagoas	Estagnada	Estagnada
31028	Conceição do Mato Dentro	Estagnada	Dinâmica
31029	Pará de Minas	Estagnada	Estagnada
31030	Belo Horizonte	Alta renda	Alta renda

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
31031	Itabira	Estagnada	Dinâmica
31032	Itaguara	Estagnada	Dinâmica
31033	Ouro Preto	Estagnada	Dinâmica
31034	Conselheiro Lafaiete	Estagnada	Alta renda
31035	Guanhães	Estagnada	Estagnada
31036	Peçanha	Dinâmica	Estagnada
31037	Governador Valadares	Estagnada	Estagnada
31038	Mantena	Estagnada	Estagnada
31039	Ipatinga	Estagnada	Alta renda
31040	Caratinga	Estagnada	Estagnada
31041	Aimorés	Estagnada	Estagnada
31042	Piuí	Alta renda	Dinâmica
31043	Divinópolis	Alta renda	Alta renda
31044	Formiga	Estagnada	Estagnada
31045	Campo Belo	Estagnada	Estagnada
31046	Oliveira	Estagnada	Estagnada
31047	Passos	Estagnada	Alta renda
31048	São Sebastião do Paraíso	Alta renda	Dinâmica
31049	Alfenas	Alta renda	Estagnada
31050	Varginha	Alta renda	Estagnada
31051	Poços de Caldas	Alta renda	Alta renda
31052	Pouso Alegre	Alta renda	Alta renda
31053	Santa Rita do Sapucaí	Estagnada	Estagnada
31054	São Lourenço	Estagnada	Estagnada
31055	Andrelândia	Estagnada	Estagnada
31056	Itajubá	Estagnada	Alta renda
31057	Lavras	Alta renda	Alta renda
31058	São João Del Rei	Estagnada	Estagnada
31059	Barbacena	Estagnada	Estagnada
31060	Ponte Nova	Estagnada	Estagnada
31061	Manhuaçu	Estagnada	Estagnada
31062	Viçosa	Estagnada	Estagnada
31063	Muriaé	Estagnada	Estagnada
31064	Ubá	Estagnada	Dinâmica
31065	Juiz de Fora	Alta renda	Alta renda
31066	Cataguases	Estagnada	Estagnada
32001	Barra de São Francisco	Estagnada	Dinâmica
32002	Nova Venécia	Estagnada	Estagnada
32003	Colatina	Estagnada	Estagnada
32004	Montanha	Estagnada	Estagnada
32005	São Mateus	Estagnada	Estagnada

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
32006	Linhares	Estagnada	Estagnada
32007	Afonso Cláudio	Estagnada	Estagnada
32008	Santa Teresa	Estagnada	Estagnada
32009	Vitória	Alta renda	Alta renda
32010	Guarapari	Alta renda	Dinâmica
32011	Alegre	Estagnada	Dinâmica
32012	Cachoeiro de Itapemirim	Alta renda	Estagnada
32013	Itapemirim	Estagnada	Dinâmica
33001	Itaperuna	Dinâmica	Estagnada
33002	Santo Antônio de Pádua	Dinâmica	Estagnada
33003	Campos dos Goytacazes	Dinâmica	Dinâmica
33004	Macaé	Alta renda	Alta renda
33005	Três Rios	Estagnada	Dinâmica
33006	Cantagalo-Cordeiro	Estagnada	Estagnada
33007	Nova Friburgo	Alta renda	Alta renda
33008	Santa Maria Madalena	Dinâmica	Estagnada
33009	Bacia de São João	Alta renda	Alta renda
33010	Lagos	Alta renda	Alta renda
33011	Vale do Paraíba Fluminense	Alta renda	Alta renda
33012	Barra do Piraí	Estagnada	Estagnada
33013	Baía da Ilha Grande	Alta renda	Alta renda
33014	Vassouras	Alta renda	Estagnada
33015	Serrana	Alta renda	Alta renda
33016	Macacu-Caceribu	Dinâmica	Estagnada
33017	Itaguaí	Estagnada	Estagnada
33018	Rio de Janeiro	Alta renda	Alta renda
35001	Jales	Estagnada	Estagnada
35002	Fernandópolis	Alta renda	Alta renda
35003	Votuporanga	Alta renda	Alta renda
35004	São José do Rio Preto	Alta renda	Alta renda
35005	Catanduva	Alta renda	Alta renda
35006	Auriflama	Estagnada	Estagnada
35007	Nhandeara	Estagnada	Alta renda
35008	Novo Horizonte	Dinâmica	Estagnada
35009	Barretos	Alta renda	Alta renda
35010	São Joaquim da Barra	Alta renda	Alta renda
35011	Ituverava	Alta renda	Alta renda
35012	Franca	Alta renda	Alta renda
35013	Jaboticabal	Alta renda	Alta renda
35014	Ribeirão Preto	Alta renda	Alta renda
35015	Batatais	Alta renda	Alta renda

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
35016	Andradina	Alta renda	Alta renda
35017	Araçatuba	Alta renda	Alta renda
35018	Birigui	Alta renda	Estagnada
35019	Lins	Alta renda	Dinâmica
35020	Bauru	Alta renda	Alta renda
35021	Jaú	Alta renda	Alta renda
35022	Avaré	Alta renda	Estagnada
35023	Botucatu	Alta renda	Alta renda
35024	Araraquara	Alta renda	Alta renda
35025	São Carlos	Alta renda	Alta renda
35026	Rio Claro	Alta renda	Alta renda
35027	Limeira	Alta renda	Alta renda
35028	Piracicaba	Alta renda	Alta renda
35029	Pirassununga	Alta renda	Alta renda
35030	São João da Boa Vista	Alta renda	Alta renda
35031	Moji Mirim	Alta renda	Alta renda
35032	Campinas	Alta renda	Alta renda
35033	Amparo	Alta renda	Alta renda
35034	Dracena	Estagnada	Dinâmica
35035	Adamantina	Estagnada	Estagnada
35036	Presidente Prudente	Alta renda	Alta renda
35037	Tupã	Alta renda	Dinâmica
35038	Marília	Alta renda	Alta renda
35039	Assis	Alta renda	Estagnada
35040	Ourinhos	Estagnada	Estagnada
35041	Itapeva	Estagnada	Estagnada
35042	Itapetininga	Alta renda	Estagnada
35043	Tatuí	Alta renda	Alta renda
35044	Capão Bonito	Estagnada	Dinâmica
35045	Piedade	Estagnada	Dinâmica
35046	Sorocaba	Alta renda	Alta renda
35047	Jundiaí	Alta renda	Alta renda
35048	Bragança Paulista	Alta renda	Alta renda
35049	Campos do Jordão	Alta renda	Alta renda
35050	São José dos Campos	Alta renda	Alta renda
35051	Guaratinguetá	Alta renda	Alta renda
35052	Bananal	Estagnada	Estagnada
35053	Paraibuna/Paraitinga	Estagnada	Estagnada
35054	Caraguatatuba	Alta renda	Alta renda
35055	Registro	Estagnada	Dinâmica
35056	Itanhaém	Estagnada	Dinâmica

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
35057	Osasco	Alta renda	Alta renda
35058	Franco da Rocha	Estagnada	Dinâmica
35059	Guarulhos	Alta renda	Alta renda
35060	Itapecerica da Serra	Alta renda	Dinâmica
35061	São Paulo	Alta renda	Alta renda
35062	Mogi das Cruzes	Estagnada	Estagnada
35063	Santos	Alta renda	Alta renda
41001	Paranavaí	Estagnada	Estagnada
41002	Umuarama	Estagnada	Dinâmica
41003	Cianorte	Estagnada	Alta renda
41004	Goioerê	Estagnada	Estagnada
41005	Campo Mourão	Estagnada	Estagnada
41006	Astorga	Estagnada	Alta renda
41007	Porecatu	Estagnada	Estagnada
41008	Floraí	Estagnada	Estagnada
41009	Maringá	Alta renda	Alta renda
41010	Apucarana	Estagnada	Alta renda
41011	Londrina	Alta renda	Alta renda
41012	Faxinal	Estagnada	Estagnada
41013	Ivaiporã	Estagnada	Estagnada
41014	Assaí	Estagnada	Estagnada
41015	Cornélio Procópio	Estagnada	Estagnada
41016	Jacarezinho	Estagnada	Alta renda
41017	Ibaiti	Estagnada	Estagnada
41018	Wenceslau Braz	Estagnada	Dinâmica
41019	Telêmaco Borba	Estagnada	Estagnada
41020	Jaguariaíva	Estagnada	Estagnada
41021	Ponta Grossa	Alta renda	Alta renda
41022	Toledo	Alta renda	Alta renda
41023	Cascavel	Alta renda	Alta renda
41024	Foz do Iguaçu	Alta renda	Alta renda
41025	Capanema	Estagnada	Estagnada
41026	Francisco Beltrão	Estagnada	Alta renda
41027	Pato Branco	Alta renda	Alta renda
41028	Pitanga	Estagnada	Dinâmica
41029	Guarapuava	Estagnada	Estagnada
41030	Palmas	Dinâmica	Estagnada
41031	Prudentópolis	Dinâmica	Estagnada
41032	Irati	Estagnada	Dinâmica
41033	União da Vitória	Estagnada	Estagnada
41034	São Mateus do Sul	Estagnada	Estagnada

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
41035	Cerro Azul	Estagnada	Estagnada
41036	Lapa	Estagnada	Dinâmica
41037	Curitiba	Alta renda	Alta renda
41038	Paranaguá	Estagnada	Alta renda
41039	Rio Negro	Dinâmica	Estagnada
42001	São Miguel do Oeste	Estagnada	Alta renda
42002	Chapecó	Alta renda	Alta renda
42003	Xanxerê	Alta renda	Alta renda
42004	Joaçaba	Alta renda	Alta renda
42005	Concórdia	Alta renda	Alta renda
42006	Canoinhas	Estagnada	Estagnada
42007	São Bento do Sul	Alta renda	Alta renda
42008	Joinville	Alta renda	Alta renda
42009	Curitibanos	Estagnada	Estagnada
42010	Campos de Lages	Alta renda	Alta renda
42011	Rio do Sul	Alta renda	Alta renda
42012	Blumenau	Alta renda	Alta renda
42013	Itajaí	Alta renda	Alta renda
42014	Ituporanga	Estagnada	Alta renda
42015	Tijucas	Alta renda	Alta renda
42016	Florianópolis	Alta renda	Alta renda
42017	Tabuleiro	Estagnada	Estagnada
42018	Tubarão	Alta renda	Alta renda
42019	Criciúma	Alta renda	Alta renda
42020	Araranguá	Alta renda	Alta renda
43001	Santa Rosa	Estagnada	Alta renda
43002	Três Passos	Estagnada	Estagnada
43003	Frederico Westphalen	Estagnada	Dinâmica
43004	Erechim	Estagnada	Alta renda
43005	Sananduva	Estagnada	Estagnada
43006	Cerro Largo	Estagnada	Dinâmica
43007	Santo Ângelo	Estagnada	Estagnada
43008	Ijuí	Alta renda	Alta renda
43009	Carazinho	Estagnada	Alta renda
43010	Passo Fundo	Alta renda	Alta renda
43011	Cruz Alta	Alta renda	Alta renda
43012	Não-Me-Toque	Alta renda	Alta renda
43013	Soledade	Estagnada	Estagnada
43014	Guaporé	Alta renda	Alta renda
43015	Vacaria	Estagnada	Dinâmica
43016	Caxias do Sul	Alta renda	Alta renda

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
43017	Santiago	Estagnada	Estagnada
43018	Santa Maria	Alta renda	Alta renda
43019	Restinga Seca	Estagnada	Estagnada
43020	Santa Cruz do Sul	Alta renda	Alta renda
43021	Lajeado-Estrela	Alta renda	Alta renda
43022	Cachoeira do Sul	Estagnada	Estagnada
43023	Montenegro	Alta renda	Alta renda
43024	Gramado-Canela	Alta renda	Alta renda
43025	São Jerônimo	Estagnada	Estagnada
43026	Porto Alegre	Alta renda	Alta renda
43027	Osório	Estagnada	Estagnada
43028	Camaquã	Estagnada	Estagnada
43029	Campanha Ocidental	Estagnada	Estagnada
43030	Campanha Central	Estagnada	Estagnada
43031	Campanha Meridional	Alta renda	Estagnada
43032	Serras de Sudeste	Estagnada	Estagnada
43033	Pelotas	Alta renda	Alta renda
43034	Jaguarão	Estagnada	Dinâmica
43035	Litoral Lagunar	Alta renda	Alta renda
50001	Baixo Pantanal	Estagnada	Dinâmica
50002	Aquidauana	Estagnada	Estagnada
50003	Alto Taquari	Estagnada	Estagnada
50004	Campo Grande	Alta renda	Alta renda
50005	Cassilândia	Alta renda	Alta renda
50006	Paranaíba	Estagnada	Estagnada
50007	Três Lagoas	Estagnada	Estagnada
50008	Nova Andradina	Dinâmica	Estagnada
50009	Bodoquena	Estagnada	Estagnada
50010	Dourados	Estagnada	Estagnada
50011	Iguatemi	Dinâmica	Estagnada
51001	Aripuanã	Estagnada	Estagnada
51002	Alta Floresta	Dinâmica	Dinâmica
51003	Colíder	Dinâmica	Dinâmica
51004	Parecis	Alta renda	Dinâmica
51005	Arinos	Dinâmica	Dinâmica
51006	Alto Teles Pires	Alta renda	Alta renda
51007	Sinop	Alta renda	Alta renda
51008	Paranatinga	Dinâmica	Dinâmica
51009	Norte Araguaia	Estagnada	Dinâmica
51010	Canarana	Dinâmica	Dinâmica
51011	Médio Araguaia	Estagnada	Dinâmica

(Continua)

(Continuação)

Código	Microrregião	2006	2017
51012	Alto Guaporé	Dinâmica	Dinâmica
51013	Tangará da Serra	Estagnada	Estagnada
51014	Jauru	Dinâmica	Dinâmica
51015	Alto Paraguai	Dinâmica	Estagnada
51016	Rosário Oeste	Dinâmica	Dinâmica
51017	Cuiabá	Alta renda	Alta renda
51018	Alto Pantanal	Estagnada	Estagnada
51019	Primavera do Leste	Alta renda	Alta renda
51020	Tesouro	Dinâmica	Dinâmica
51021	Rondonópolis	Estagnada	Estagnada
51022	Alto Araguaia	Dinâmica	Dinâmica
52001	São Miguel do Araguaia	Dinâmica	Estagnada
52002	Rio Vermelho	Dinâmica	Estagnada
52003	Aragarças	Dinâmica	Dinâmica
52004	Porangatu	Estagnada	Estagnada
52005	Chapada dos Veadeiros	Dinâmica	Estagnada
52006	Ceres	Estagnada	Estagnada
52007	Anápolis	Alta renda	Alta renda
52008	Iporá	Estagnada	Estagnada
52009	Anicuns	Estagnada	Estagnada
52010	Goiânia	Alta renda	Alta renda
52011	Vão do Paranã	Dinâmica	Estagnada
52012	Entorno de Brasília	Estagnada	Dinâmica
52013	Sudoeste de Goiás	Alta renda	Alta renda
52014	Vale do Rio dos Bois	Estagnada	Estagnada
52015	Meia Ponte	Alta renda	Alta renda
52016	Pires do Rio	Alta renda	Alta renda
52017	Catalão	Alta renda	Alta renda
52018	Quirinópolis	Alta renda	Alta renda
53001	Brasília	Alta renda	Alta renda

Fonte: quadro 1 deste capítulo.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Everson da Silva Moura
Leonardo Moreira Vallejo

Revisão
Ana Clara Escórcio Xavier
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Reginaldo da Silva Domingos
Alice Souza Lopes (estagiária)
Hislla Suellen Moreira Ramalho (estagiária)
Isabela Monteiro de Oliveira (estagiária)
Lilian de Lima Gonçalves (estagiária)
Lynda Luanne Almeida Duarte (estagiária)
Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza (estagiário)
Polyanne Alves do Santos (estagiária)

Editoração
Aeromilson Trajano de Mesquita
Bernar José Vieira
Cristiano Ferreira de Araújo
Danilo Leite de Macedo Tavares
Herllyson da Silva Souza
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

Capa
Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

ISSN 1415-4765